

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO**



JOÃO VICTOR DA SILVA PEREIRA

**ENTREABRIR, UMA ESCOLA PARA UMA COMUNIDADE:
ANTEPROJETO DE RENOVAÇÃO DA ANTIGA ESCOLA CARLOS ALBERTO
GONÇALVES DE ALMEIDA, NO BAIRRO DA MADALENA, RECIFE/PE**

RECIFE, 2024.

JOÃO VICTOR DA SILVA PEREIRA

ENTREABRIR, UMA ESCOLA PARA UMA COMUNIDADE:
ANTEPROJETO DE RENOVAÇÃO DA ANTIGA ESCOLA CARLOS ALBERTO
GONÇALVES DE ALMEIDA, NO BAIRRO DA MADALENA, RECIFE/PE

Trabalho de Conclusão de curso de
Arquitetura e Urbanismo, Centro de
Artes e Comunicação, Universidade
Federal de Pernambuco, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel
em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Diniz

RECIFE, 2024.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Pereira, João Victor da Silva.

Entreabrir, uma escola para uma comunidade: Anteprojeto de renovação da antiga escola Carlos Alberto Gonçalves de Almeida, no bairro da Madalena, Recife-PE / João Victor da Silva Pereira. - Recife, 2024.

97p.

Orientador(a): Fabiano Rocha Diniz

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado, 2024.

1. Arquitetura. 2. Participação comunitária. 3. Renovação Arquitetônica. 4. Renovação. 5. Projeto de Arquitetura. I. Diniz, Fabiano Rocha. (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

*Encontrei um viajante vindo de uma antiga terra
que me disse: — Duas imensas e destroncadas
pernas de pedra erguem-se no deserto. Perto
delas, sobre a areia meio enterrado, jaz um rosto
despedaçado, cuja carranca com lábio enrugado e
sorriso de frio comando dizem que seu escultor
soube ler bem suas paixões que ainda sobrevivem,
estampadas nessas coisas inertes, A mão que os
escarneceu e o coração que os alimentou. E no
pedestal aparecem estas palavras:*

*"Meu nome é Ozymandias, rei dos reis: Contemplai
as minhas obras, ó poderosos e desesperai-vos!"
Nada mais resta: em redor a decadência daquele
destroço colossal, sem limite e vazio as areias
solitárias e planas se espalham para longe.*

(OZYMANDIAS, P. B. Shelley. 1818)

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por todo o auxílio que me deu nesses longos anos de graduação, sem a sua força e misericórdia para me guiar pelo caminho, eu não estaria aqui.

Agradeço às minhas mães Nilda e Cielma, sem elas com certeza eu não me tornaria o homem que sou. Dar orgulho a vocês foi o que me guiou e me manteve firme durante todo esse tempo de dedicação e trabalho. Vocês são a minha luz no mundo, a vida com certeza é mais doce com vocês ao meu lado. Sem vocês nada disso seria possível. À toda minha família, meus pais Jorge e Dinho, aos meus irmãos, Juliana, Lucas, Talita, Allyson, Marília e Soniely, obrigado pelo amor, pela motivação, por sempre torcerem por mim e me apoiarem.

Agradeço aos meus parceiros de vida e amigos que sempre estiveram comigo em todas as etapas da minha vida, Em especial Deyvison, Felipe, Rayane, Paula, Jullyana, Italo e Pedro. Vocês são uma parte importante na minha existência, obrigado por tudo. Ao meu padrinho Waldyr e minha madrinha Luciana, obrigado por acreditarem em mim mais do que eu mesmo.

Agradeço ao meu orientador, Fabiano Diniz, por compartilhar das discussões, inquietações e percalços do trabalho. Obrigada pelos ensinamentos, pela confiança em mim depositada e pela motivação durante esse período. Minha gratidão a todos os professores da graduação de arquitetura e urbanismo da UFPE que me acompanharam ao longo desses anos, proporcionando um ambiente de aprendizado rico e desafiador.

A todos os professores do ensino fundamental e médio que me possibilitaram condições de ingressar em uma universidade pública. Especialmente Edilma, Alexandre, Luciana, Renan e Gabriela. Obrigado por me incentivarem a seguir pelo caminho da educação e sempre ser focado como um lazer.

Agradeço a Angelo Felipe, líder comunitário da comunidade do Berardo e a todos do centro espírita Lar Teresa de Jesus, que me auxiliaram em todo o processo desse trabalho.

A todos que dividiram comigo a graduação, principalmente Luiza, Luana, Larissa, Bruna, Caio, Eduarda, Mário, Gabriela, Jéssica, Paola e Leticia. vocês tornaram mais suportável o cotidiano universitário. Em especial a Christofer e Miguel, pelos quais tenho tanto carinho e admiração, obrigada pela parceria e por cada conversa. Nossos cafés serão sempre lembrados como o começo de tudo o que nos espera.

Minha eterna gratidão aos meus mentores em estágios e trabalho, em especial a Marcelo, Renato, Aline, Lais, Reginaldo, Camila, Elisangela, Rafael e Juliana. Pela disponibilidade em compartilhar experiências, pela paciência em revisar e discutir ideias, e pela energia positiva que sempre esteve presente no nosso cotidiano.

Por último, agradeço a mim mesmo, por toda a dedicação e esforço, por acreditar em mim mesmo e por perseverar através de todo esse trabalho árduo. Só eu e o altíssimo sabemos verdadeiramente o quão difícil foi chegar até aqui sem sequer por um momento pensar em desistir.

Resumo

O presente trabalho aborda a proposta de um anteprojeto de renovação do espaço que abriga a antiga Escola Carlos Alberto Gonçalves de Almeida, a qual foi fechada no ano de 2019 e que, atualmente, encontra-se abandonada e em processo de degradação, e um Imóvel Especial de Preservação subutilizado. Situado no bairro do Prado, no Recife, o projeto propõe-se a reconceber o espaço com a visão de restabelecer as dinâmicas antes existentes entre a escola e a comunidade da ZEIS Sítio do Berardo, além de compreender como o fechamento impactou o cotidiano e as vivências das famílias e do corpo social da escola. O trabalho emprega uma abordagem metodológica que consiste em um processo participativo que envolve a comunidade, junto a uma discussão sobre a importância dos moradores no uso do espaço. Em síntese, este Trabalho de Conclusão aborda demandas educacionais em projetos arquitetônicos e oferece uma plataforma significativa para a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos ao longo da formação em Arquitetura e Urbanismo ao integrar múltiplas disciplinas e áreas do saber, contribuindo para um objetivo coletivo.

Palavras-chave: Arquitetura. Participação comunitária. Renovação.

Abstract

This work addresses the proposal for a preliminary project to renovate the space that houses the former Carlos Alberto Gonçalves de Almeida School, which was closed in 2019 and is currently abandoned and in a process of degradation, and an underutilized Special Preservation Property. Located in Prado, neighborhood of Recife, the project aims to reconceive the space with a view to re-establishing the dynamics that previously existed between the school and the community of the Sítio do Berardo ZEIS, as well as understanding how the closure has impacted the daily lives and experiences of the local families and school's staff. The work employs a methodological approach consisting of a participatory process involving the community, together with a discussion about the importance of residents in the use of space. In summary, this Final Project addresses the educational demands of architectural projects and offers a significant platform for the practical application of the knowledge acquired during the course of the Architecture degree by integrating multiple disciplines and areas of knowledge, contributing to a collective goal.

Keywords: Architecture. Community participation. Renovation.

Lista de Figuras

Figura 01: Diagrama de escolas e vias do entorno.

Figura 02: Visita de Ariano Suassuna à escola Carlos Alberto Gonçalves de Almeida.

Figura 03: Entrada principal do terreno.

Figura 04: Imóvel de preservação e anexo.

Figura 05: Antigo bloco pedagógico e administrativo da escola Carlos Alberto.

Figura 06: Acesso Escola Novo Mangue.

Figura 07: Moradores no processo de construção da Escola Novo Mangue.

Figura 08: Planta Baixa Térreo Escola Novo Mangue.

Figura 09: Circulação salas de aula Escola Novo Mangue.

Figura 10: Sala de aula Escola Novo Mangue.

Figura 11: Blocos de sala de aulas do Complexo Educacional Santa Maria.

Figura 12: Axonometria do Complexo Educacional Santa Maria.

Figura 13: Planta Baixa Pavimento Térreo.

Figura 14: Pátio do Complexo Educacional Santa Maria.

Figura 15: Planta Baixa Pavimento Superior Complexo Educacional Santa Maria.

Figura 16: Circulação Pavimento Superior Complexo Educacional Santa Maria.

Figura 17: Planta Baixa Pavimento Inferior Complexo Educacional Santa Maria.

Figura 18: Quadras e bloco de salas de aula Complexo Educacional Santa Maria.

Figura 19: Mapa de localização do Recife e do bairro do Prado.

Figura 20: Vista da rua Carlos Gomes.

Figura 21: Vista do lote a partir da rua Gomes Taborda.

Figura 22: Mapa de situação - Área de estudo.

Figura 23: Vista do acesso principal ao IEP.

Figura 24: Imagem aérea da área de intervenção.

Figura 25: Mapa de usos.

Figura 26: Mapa de diagnóstico.

Figura 27: Mapa de cheios e vazios.

Figura 28: Mapa de Zoneamento.

Figura 29: Planta de demolição da área de intervenção.

Figura 30: Antigo bloco de salas de aula, situação atual.

Figura 31: Programa de necessidades pedagógicas.

Figura 32: Programa de necessidades de serviço.

Figura 33: Programa de necessidades administrativas e de recreação.

Figura 34: Zoneamento esquemático.

Figura 35: Isometria do projeto.

Figura 36: Croqui de acessos e blocos.

Figura 37: Croqui de corte esquemático do bloco pedagógico e quadra poliesportiva.

Figura 38: Croquis de concepção do refeitório.

Figura 39: Elementos e materiais aplicados ao projeto.

Figura 40: Perspectiva IEP e bloco educacional.

Figura 41: Perspectiva do acesso ao bloco educacional.

Figura 42: Perspectiva de acesso ao bloco educacional e quadra.

Figura 43: Perspectiva acesso ao bloco educacional e quadra

Figura 44: Perspectiva IEP - Acesso administrativo

Figura 45: Perspectiva IEP e Refeitório

Figura 46: Perspectiva estacionamento junto ao IEP e Refeitório.

Figura 47: Perspectiva estacionamento.

Figura 48: Perspectiva do pátio e bloco pedagógico.

Figura 49: Perspectiva do pátio, bloco pedagógico e refeitório.

Figura 50: Perspectiva do pátio.

Figura 51: Perspectiva circulação refeitório

Figura 52: Perspectiva refeitório e pátio.

Figura 53: Perspectiva da circulação coberta do pátio.

Figura 54: Perspectiva da recepção.

Figura 55: Perspectiva Escada e circulação dos laboratórios

Figura 56: Perspectiva laboratório de informática.

Figura 57: Perspectiva da circulação da quadra.

Figura 58: Perspectiva 01 da sala de aula.

Figura 59: Perspectiva 02 da sala de aula.

Figura 60: Perspectiva da Quadra.

Figura 61: Perspectiva da horta

Lista de Gráficos

Gráfico 01: Vínculo dos entrevistados com a comunidade.

Gráfico 02: Faixa etária dos entrevistados.

Gráfico 03: Período em que os participantes frequentam a localidade.

Gráfico 04: Edificações de uso público identificadas na comunidade.

Gráfico 05: O que falta à comunidade na opinião dos entrevistados.

Gráfico 06: Conhecimento acerca da existência da Escola Carlos Alberto.

Gráfico 07: Visitas dos entrevistados ao espaço fora do horário de aulas.

Gráfico 08: Percepção se a escola faz falta no cotidiano da comunidade.

Gráfico 09: Identificação se houve impacto do fechamento da escola no cotidiano dos entrevistados ou de pessoas próximas.

Gráfico 10: Questão sobre a distância percorrida até as novas escolas serem longas.

Sumário

1. Introdução.....	11
1.1. Apresentação do tema.....	11
1.2. Problemática.....	12
1.3. Justificativa.....	14
1.4. Objetivo geral.....	15
1.5. Objetivos específicos.....	15
1.6. Metodologia.....	15
2. O envolvimento da comunidade com o espaço.....	17
2.1. O abandono do espaço.....	17
2.2. As implicações do fechamento.....	21
3. Definição do programa arquitetônico: Processo participativo.....	22
3.1. Abordagem participativa.....	22
3.2. Definição do Programa.....	26
4. Referências projetuais.....	28
4.1. Escola Novo mangue.....	28
4.2. Complexo Educacional e Cultural Santa Maria.....	32
5. O bairro, o espaço e o entorno.....	38
5.1. O bairro.....	38
5.2. O Lote.....	41
5.3. O Entorno.....	43
5.4. A legislação.....	47
6. O projeto.....	49
6.1. O conceito, o partido e as diretrizes.....	49
6.2. O programa de necessidades.....	50
6.3. O zoneamento e o fluxograma.....	54
6.4. Concepção do projeto e cortes esquemáticos.....	57
6.5. Elementos arquitetônicos.....	60
6.6. As perspectivas.....	63
7. Considerações finais.....	85
8. Referências.....	87
9. Caderno de desenhos.....	90

1. Introdução

1.1. Apresentação do tema

No Brasil, o advento das ocupações urbanas espontâneas relaciona-se, dentre outros fatores, ao rápido crescimento das cidades e à ausência de políticas habitacionais adequadas. Esse fenômeno começou a se intensificar a partir da segunda metade do século XX, período em que o país passou por um processo de urbanização acelerada, caracterizado por uma distribuição desigual de recursos e maiores oportunidades em áreas urbanas centrais. Segundo Santos (1993), populações marginalizadas, as quais são excluídas dos benefícios e oportunidades do desenvolvimento formal, criam suas próprias formas de sobrevivência e organização em espaços não planejados. Dessa maneira, as regiões que recebem a população migratória das zonas rurais sem planejamento ou gestão urbana eficaz, tornam-se incapazes de suprir as demandas às quais são submetidas e acabam por condicionar uma ocupação adensada em áreas periféricas, dando origem a assentamentos informais.

Aglomerados populacionais, de uma maneira geral, não apenas são compostos por habitações, mas também por equipamentos urbanos como escolas, postos de saúde, áreas de lazer e outros, que integram o desenvolvimento e contribuem para a vivacidade da comunidade. De acordo com Villaça (2001), as áreas pobres oriundas de ocupações espontâneas frequentemente carecem da presença desses equipamentos, como consequência direta da *des-organização* e produção do espaço urbano, visto que zonas tomadas pelas classes médias e altas são mais bem assistidas nesse quesito. Desse modo, constata-se que a falta de uma política habitacional inclusiva aliada a um planejamento urbano adequado reforça a não-integração de áreas periféricas ao espaço urbano formal pois, mesmo quando há algum nível de urbanização ou regularização, essas zonas não conseguem investimentos suficientes para consolidarem uma infraestrutura de qualidade para os moradores, fazendo com que se dirijam à outras localidades para terem acesso a serviços básicos.

Dentre os equipamentos urbanos essenciais para suprir as necessidades básicas de uma comunidade, seu desenvolvimento local e da rede urbana na qual está inserida,

tem-se as instituições educacionais. Espaços que englobam essa funcionalidade são mais do que estruturas físicas simples, carregam em si uma memória coletiva e o legado institucional de uma sociedade, além de serem caracterizados como centros de aprendizagem e convivência, onde se estabelecem laços sociais e se originam valores comunitários essenciais. Para que essa narrativa seja, de fato, concreta, é necessário que a escola seja inclusiva e promotora de melhores aprendizagens surgidas por meio do diálogo entre alunos, as famílias e a comunidade, segundo o Decreto-Lei n.º 55/2018. Assim sendo, é ressaltada a importância da integração desse equipamento ao cotidiano da comunidade a que pertence, apreendendo seus anseios, para que sejam estabelecidas dinâmicas sociais essenciais e o fortalecimento do sentido de pertencimento dos moradores ao terem suas necessidades atendidas e vozes ouvidas, dentro uma infraestrutura espacial adequada.

À vista disso, a Arquitetura e o Urbanismo emergem como disciplinas essenciais para atuar na valorização e configuração desses espaços, principalmente em áreas pobres, pois, ao considerar as histórias e particularidades da localidade em que está construindo, é possível projetar respeitando o passado e moldando o futuro de maneira qualitativa, sustentável e inclusiva. A renovação ou readequação de equipamentos educacionais municipais e estaduais abandonados pelo poder público em zonas periféricas, por exemplo, transcende a recuperação física das edificações e envolve a reintegração dessas instituições ao tecido urbano coletivo. Por conseguinte, a Arquitetura e o Urbanismo em conjunto à participação da sociedade local contribuem para que as escolas não sejam apenas edifícios, mas verdadeiros centros de vida comunitária, essencialmente nas regiões que mais carecem, abarcando funções que extrapolam os limites da sala de aula. Dessa forma, a instituição educa ao passo que fortalece a coesão social, tornando-se um ponto de referência para a comunidade, onde valores e memórias são construídos e transmitidos para as futuras gerações.

1.2. Problemática

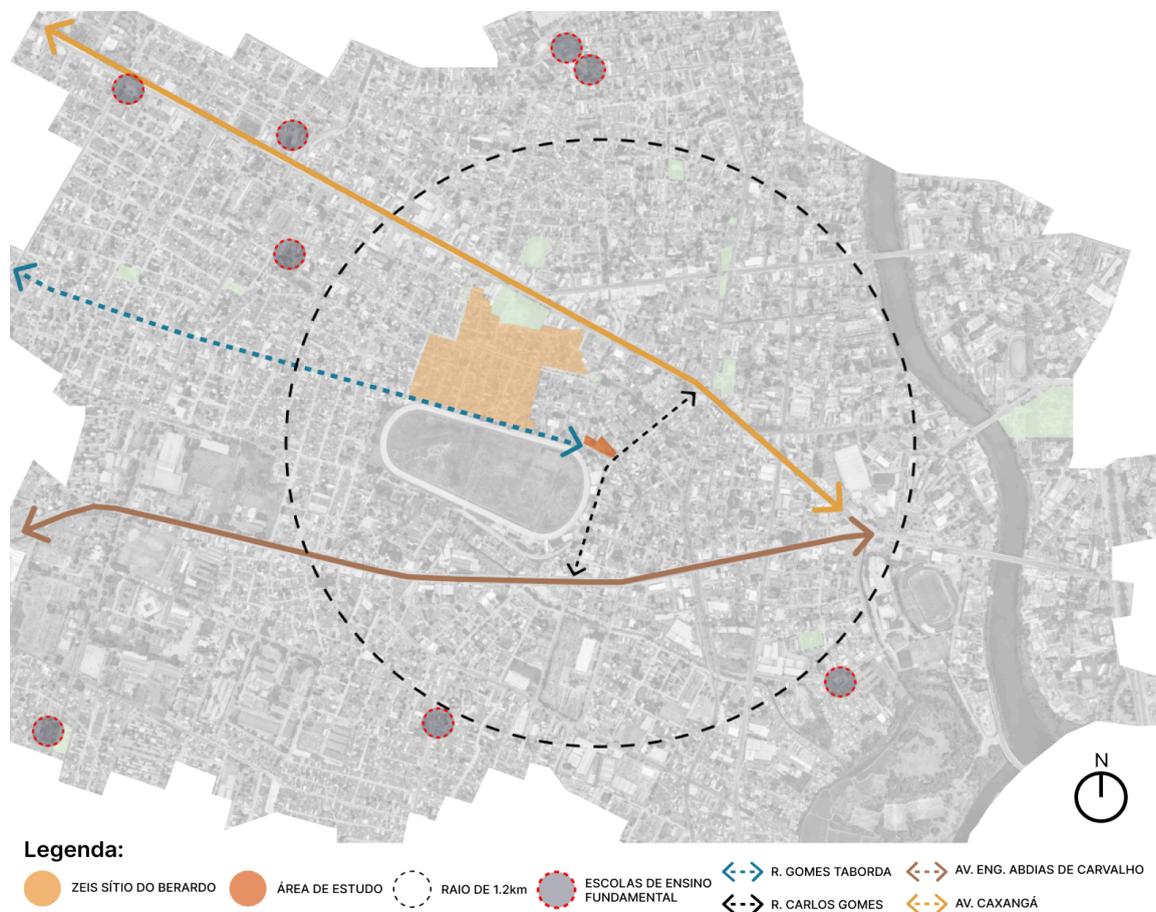
De acordo com um estudo produzido pelo Banco Mundial (2012), a ausência de infraestrutura adequada em escolas faz com que estas enfrentam dificuldades em implementar programas educacionais de qualidade e corroboram com o aumento da taxa de abandono escolar. No estado de Pernambuco, o Tribunal de Contas do Estado

(TCE-PE) conduziu uma avaliação acerca das condições de infraestrutura apresentadas pelas escolas estaduais, a qual destacou situações indevidas, como falta de manutenção adequada, estruturas físicas deterioradas e insuficiência de recursos para garantir acesso a direitos inerentes aos usuários, como acessibilidade e inclusão. Com base nisso, identifica-se a presença de questões essenciais que devem ser sanadas para a promoção de um serviço básico qualitativo.

Ao delimitar a análise ao território do Recife, capital do estado, vê-se que problemáticas como essas são ainda mais pertinentes, principalmente nas áreas pobres da cidade que muitas vezes se localizam em Comunidades de Interesse Social (CIS) ou Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Áreas com essas designações, por não possuírem reconhecimento e investimentos econômicos adequados, são as que mais carecem de equipamentos educacionais munidos de uma infraestrutura de qualidade para oportunizar às crianças e jovens que ali residem o acesso a serviços com poder de transformação social. Dentre as comunidades do Recife, algumas mesmo sem atingir o mínimo de características inerentes ao bom funcionamento de uma escola, podem afirmar que a possui, enquanto outras sequer possuem esta condição, como é o caso da ZEIS Sítio do Berardo.

Entremetida nos bairros da Madalena e do Prado, a comunidade presenciou no ano de 2019 o fechamento da única escola estadual de ensino fundamental localizada em seu entorno próximo, a Escola Carlos Alberto Gonçalves de Almeida. O encerramento das atividades do equipamento impactou significativa e negativamente as dinâmicas socioespaciais locais pois, além de endereçar os alunos a percorrerem maiores distâncias em busca de novas unidades educacionais, afetou a coesão social da ZEIS e do seu entorno, os quais consideravam a escola como ponto central de apoio e encontro comunitários. Junto a isso, o lote em que a escola se encontra abriga concomitantemente um Imóvel Especial de Preservação (IEP), que apresenta um bom estado de conservação e abarca o uso de um Centro Espírita. Em contrapartida ao IEP, a não funcionalidade da escola torna grande parte do terreno ociosa e suscetível a usos inadequados, além de expor o terreno a uma maior sensibilidade ao processo de gentrificação que permeia as redondezas.

Figura 01 - Diagrama de escolas e vias do entorno.



Fonte: Adaptada de Google Earth.

Partindo disto, entende-se que os valores históricos e sociais da localidade necessitam ser reconhecidos e faz-se pertinente uma intervenção a fim de que a descaracterização e perda de função social do equipamento educacional seja descontinuada, para que, além da renovação da escola com suas atividades essenciais, seja possível reviver uma área vulnerável em um ponto de referência positivo para a comunidade por meio de uma escuta ativa e participativa. Desse modo, o reconhecimento da escola como um centro de vida e convivência será reconcebido pois, assim como afirma Santos (1997), quando a infraestrutura e a qualidade do ensino melhoram, as escolas se tornam foco da vida comunitária, e isso deveria ser a premissa de qualquer centralidade urbana integrada.

1.3. Justificativa

A concepção deste projeto arquitetônico é fundamentada pela necessidade de intervenção no espaço da antiga Escola Carlos Alberto Gonçalves de Almeida, visto que

a perda da função social da instituição educacional compromete a integridade física da estrutura e culmina em sua ociosidade, o que aumenta a vulnerabilidade da área e representa uma perda significativa para a comunidade local. Dessa forma, a reativação do espaço desenha-se como essencial para devolver aos usuários um espaço que atenda às suas necessidades atuais, bem como fortaleça os laços sociais e valores coletivos.

1.4. Objetivo geral

Desenvolver um anteprojeto de renovação arquitetônica da antiga Escola Carlos Alberto Gonçalves de Almeida, por meio de um processo participativo comunitário que vise reconceber o espaço além de sua estrutura física, com a premissa de restabelecer as relações e dinâmicas sociais anteriormente existentes entre o equipamento educacional e a comunidade da ZEIS Sítio do Berardo.

1.5. Objetivos específicos

- Apropriar-se da significância de um equipamento educacional na localidade em que está inserido, além de sua infraestrutura física;
- Compreender o impacto do fechamento e encerramento das atividades da Escola Carlos Alberto Gonçalves de Almeida nas dinâmicas sociais da ZEIS Sítio do Berardo e seu entorno;
- Identificar as demandas e anseios dos moradores afetados por meio da participação comunitária e estabelecer suas aspirações para além do espaço pertencente à escola;
- Propor um projeto arquitetônico de renovação que valorize os conceitos analisados e acometa uma solução para o espaço com enfoque no emprego de materiais regionais, em busca de características bioclimáticas, sustentáveis e acessíveis inerentes à uma boa concepção projetual.

1.6. Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho foi elaborada com a finalidade de proporcionar uma base sólida para o alcance dos objetivos propostos. Para tanto,

optou-se por uma abordagem qualitativa que permitiu uma análise destrinchada acerca das informações essenciais para o desenvolvimento projetual, que visa uma renovação arquitetônica em uma unidade de ensino fundamental de grande importância para a comunidade em que se insere e seu entorno.

Assim, o projeto teve como ponto de partida a revisão de literaturas e outras referências para embasamento dos principais conceitos a serem explorados, tais como o de arquitetura e urbanismo participativos e equidade territorial, que buscam a integração social por meio de práticas inclusivas e sustentáveis. Logo após, sucedeu o desenvolvimento do projeto, fase em que definiu-se o partido arquitetônico e as diretrizes para produção do anteprojeto. Sendo assim, os procedimentos metodológicos foram distribuídos entre as seguintes etapas:

I. Estudo teórico-científico

Pesquisa aprofundada nas referências bibliográficas relacionadas aos temas abordados com o objetivo de embasar as informações a serem desenvolvidas ao longo do projeto, junto à análise de dados por outros meios, como veículos de comunicação midiáticos.

II. Levantamento de dados

Debruçamento sobre informações acerca do recorte escolhido por meio de um diagnóstico urbanístico técnico e colaborativo, no qual se faz uso de ferramentas como registros históricos e entrevistas com lideranças locais. Junto a isto, está o levantamento das condições atuais da edificação objeto de estudo, com investigação acerca de sua infraestrutura e atividades recentes.

III. Processo Participativo

Esta etapa visa estimular a participação ativa no projeto tanto da comunidade escolar quanto de moradores do entorno, com a finalidade de registrar as percepções destes quanto ao fechamento da escola ao identificar os impactos e demandas existentes através de questionários e reuniões abertas à comunidade. Dessa forma,

serão incentivados a uma formação colaborativa de propostas para o futuro uso do equipamento educacional.

IV. Desenvolvimento do Projeto Arquitetônico

Guiado pelos princípios de inclusão e sustentabilidade, o anteprojeto promoverá a multifuncionalidade e a acessibilidade por meio do uso de materiais regionais e soluções bioclimáticas adequadas à localidade em que se insere. Sendo assim, serão utilizadas estratégias como iluminação e ventilação naturais em uma ambientação que contemple usos flexíveis voltados para atividades educacionais, culturais e de lazer, de modo a ressaltar a essência da escola que se encontra negligenciada.

Em suma, as etapas metodológicas destacam a importância do envolvimento da comunidade na renovação arquitetônica da Escola Carlos Alberto Gonçalves de Almeida, para que esta volte a ser reconhecida como um centro de referência para a comunidade.

2. O envolvimento da comunidade com o espaço

2.1. O abandono do espaço

A Escola Carlos Alberto Gonçalves de Almeida representa uma referência significativa para a comunidade local não apenas por seus feitos educacionais, mas também por funcionar como um centro vital da interação social dos seus usuários ao envolver os moradores do entorno de uma maneira geral. Destacada como um símbolo de compromisso com a educação e com o desenvolvimento comunitário, a instituição transpassava seu uso básico e servia como um núcleo de apoio à comunidade ao abranger serviços que possibilitavam o exercício pleno da cidadania e o fortalecimento da prevenção social, como emissão de documentos através do projeto Resgatando Cidadania, idealizado pela Gerência de Prevenção e Articulação Comunitária (GPAC) da Secretaria de Defesa Social do Governo do Estado de Pernambuco.

Conjuntamente, em sua trajetória, atuou como palco de eventos educacionais, sociais e celebrações com visitas ilustres, como Ariano Suassuna, um dos maiores escritores e intelectuais brasileiros de todos os tempos (Figura 02), que se fez presente na instituição por meio do Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial

nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, o qual apresentava a ideia de que a escola tem um poder central na construção de uma agenda de educação integral que interliga políticas e equipamentos públicos e atores sociais que contribuam para a diversidade e experiências inovadoras, como era o caso da Carlos Alberto Gonçalves de Almeida.

Figura 02 - Visita de Ariano Suassuna à escola.



Fonte: Projeto Mais Educação. 2012.

Locado sobre o mesmo lote, resiste o Imóvel Especial de Preservação (IEP) de arquitetura eclética que compreende o uso de um Centro Espírita e que possui sua história iniciada na década de 1920, quando contemplava o uso de um abrigo para meninas órfãs denominado Lar de Tereza de Jesus, cujo nome permanece até os dias atuais. Ao passar do tempo, com a mudança de gestão e sem apoio para manutenção do imóvel, a instituição foi fechada e as crianças encaminhadas para outras localidades. Anos depois, uma equipe que já administrava outra instituição espírita assumiu a responsabilidade de gerir o imóvel, que se sustenta atualmente por meio de doações espontâneas das pessoas que o visitam. Porém, ainda assim, o IEP está cada vez mais subutilizado por já não apresentar condições de se manter continuamente e

apresenta-se cercado por elementos que ameaçam sua preservação e conservação, como as dinâmicas socioeconômicas do entorno local.

Em vista disso, é notório que as duas edificações refletem as condições e transformações na localidade e, dessa maneira, destacam-se como elementos importantes para a compreensão das dinâmicas ali ocorridas e dos desafios enfrentados pela população, que possui o desejo e o direito de usufruir de tudo que lhe é ofertado.

Figura 03 - Entrada principal do terreno.



Fonte: João Victor Pereira.

Figura 04 - Imóvel Especial de Preservação e anexo.



Fonte: Luana Almeida

Figura 05 - Antigo bloco pedagógico e administrativo da escola.



Fonte: Luana Almeida

2.2. As implicações do fechamento

Apesar do imponente porte educacional e comunitário, a escola não suportou a escassez dos recursos destinados à sua manutenção, o que impactou diretamente nas condições apresentadas tanto na infraestrutura física como na qualidade do ensino e, sob essa justificativa, teve suas atividades encerradas e o fechamento determinado pelo Governo do Estado de Pernambuco no ano de 2019.

Essa ação impactou diretamente a dinâmica da localidade em que a escola está inserida. Por não ter mais acesso à única unidade educacional estadual de ensino fundamental do bairro do Prado, os antigos alunos passaram a se deslocar por uma maior distância para estudarem em outra instituição, o que culmina em um gasto maior de tempo e, possivelmente, de dinheiro. Junto a isso, há também a perda dos postos de trabalhos ligados direta ou indiretamente à escola, como o corpo de docentes, funcionários essenciais para o funcionamento e os comerciantes que se aproveitavam da vivacidade recorrente nos arredores para montarem seus pontos e venderem as mercadorias.

A inatividade do espaço gerou um enfraquecimento na coesão social da comunidade, pois representou uma perda de um centro de interação e integração comunitária, principalmente para os moradores da ZEIS Sítio do Berardo, pois eram quem usufruíam do potencial máximo ofertado pela unidade, para além das atividades academicistas e que, atualmente, observam as consequências do abandono da edificação, como a degradação da estrutura física e a ociosidade que permeia além dos limites do lote e o deixa vulnerável a usos indevidos.

Diante do exposto, cabe destacar ainda a importância da conservação do Imóvel Especial de Preservação (IEP) presente no mesmo terreno que a escola. A perda da função social da unidade educacional não repercute apenas sobre ela, visto que o uso que poderá abarcar posteriormente e até a inércia de seu estado atual impactam diretamente no IEP, o qual mantém um uso, apesar de subutilizado por não aproveitar seu potencial total, direcionado para a comunidade mesmo com todos os obstáculos que enfrentou.

No mesmo sentido, torna-se indispensável reconhecer o valor do terreno em que as instituições estão alocadas. Encontra-se situado em uma área suscetível às ameaças do mercado imobiliário, que investe progressivamente em parâmetros desconexos à realidade local, como edificações de alto padrão construtivo voltadas para classes sociais mais abastadas que reforçam a tendência à verticalização como uma estratégia para otimizar o uso do espaço urbano, suprimindo a ocupação horizontal que resiste ali há décadas e fazendo surgir um cenário que descaracteriza a paisagem local.

Sendo assim, percebe-se que a ausência da unidade de ensino aborda fragilidades em seu contexto local que necessitam ser amenizadas. Para tanto, vê-se a necessidade de revitalizar o espaço de maneira que este possa abarcar características inerentes a um bom funcionamento interno e externo para que seja ressaltada, também, a importância do equipamento como agente integrador e fortalecedor dos laços comunitários que coexistem além do ambiente escolar. Junto a isso, que sua renovação mostre-se capaz de resistir à intimidação de ter sua área transformada em algo que não acresça ou sirva à comunidade.

3. Definição do programa arquitetônico: Processo participativo

3.1. Abordagem participativa

Nas etapas de idealização e desenvolvimento de projetos arquitetônicos e urbanísticos voltados para pessoas, seja uma residência ou um parque, é vital buscar atender às necessidades, desejos e demandas daqueles que irão usufruí-los, perpassando as análises unicamente técnicas e profissionais frequentemente aplicadas, para que o projeto alcance a qualidade que lhe é esperada desde o início.

Diante disto, faz-se necessária uma abordagem participativa para que as considerações, oriundas das experiências de cada indivíduo, sejam incorporadas ao projeto de maneira integrada e democrática, a fim de que esta corrobore não apenas ao alcance do objetivo idealizado, como também norteie e valorize as modificações inerentes ao processo de construção. Esse tipo de envolvimento coletivo pode ter

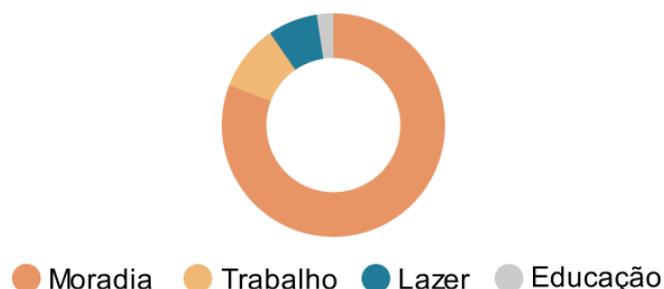
diversas origens e assumir formas variadas, como reuniões, pesquisas, debates, consultas, dentre outros, com o objetivo de garantir a humanização do espaço construído por meio da voz de cada participante.

Em virtude do entendimento de que um processo participativo pode auxiliar na criação de soluções arquitetônicas à medida que atende as demandas populacionais, percebeu-se que esta seria uma forma de análise essencial para ser abordada no desenvolvimento deste trabalho, visto que um dos objetivos principais apresentados consiste no resgate e fortalecimento da coesão social e do senso de pertencimento da comunidade local em relação à escola. Em vista disso, espera-se que, mediante a aplicação deste método, o projeto contemple em sua apresentação final a distribuição de um programa que transcorra a funcionalidade e ressoe os desejos dos seus usuários.

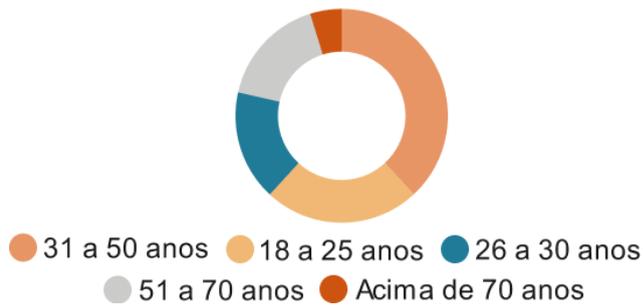
Como uma das etapas metodológicas, foi realizada a aplicação de um questionário para 112 pessoas como forma de abordagem do processo participativo, na fase inicial da concepção projetual de renovação arquitetônica da Escola Carlos Alberto Gonçalves de Almeida. Os questionamentos feitos aos participantes basearam-se no estudo inicialmente efetuado sobre a historicidade e relevância da instituição na localidade, na companhia de uma pesquisa acerca da população e outros usos no bairro.

Partindo disso, a análise dos resultados destacou alguns pontos tomados como referência para a idealização do projeto, tais como:

- **Vínculo com a Comunidade e Perfil Demográfico**



G1.



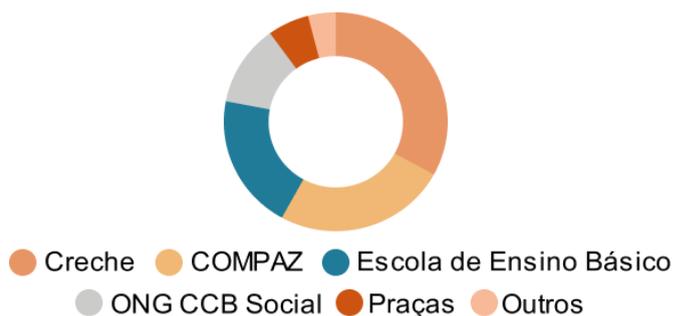
G2.

Identificou-se que a maioria dos participantes, cerca de 80,8%, reside na comunidade, o que indica um uso residencial expressivo nos arredores da escola. De modo contíguo, a pesquisa revelou que 38,1% dos entrevistados estão na faixa etária entre 31 e 50 anos, seguido por um grupo significativo de jovens entre 18 e 25 anos (23,8%). Essa polarização sugere que o espaço da escola é, ou foi, relevante para diferentes gerações, o que o torna um ponto chave de integração comunitária de maneira a abarcar vínculos diversos.

- **Histórico de Permanência e Reconhecimento das Infraestruturas Locais**



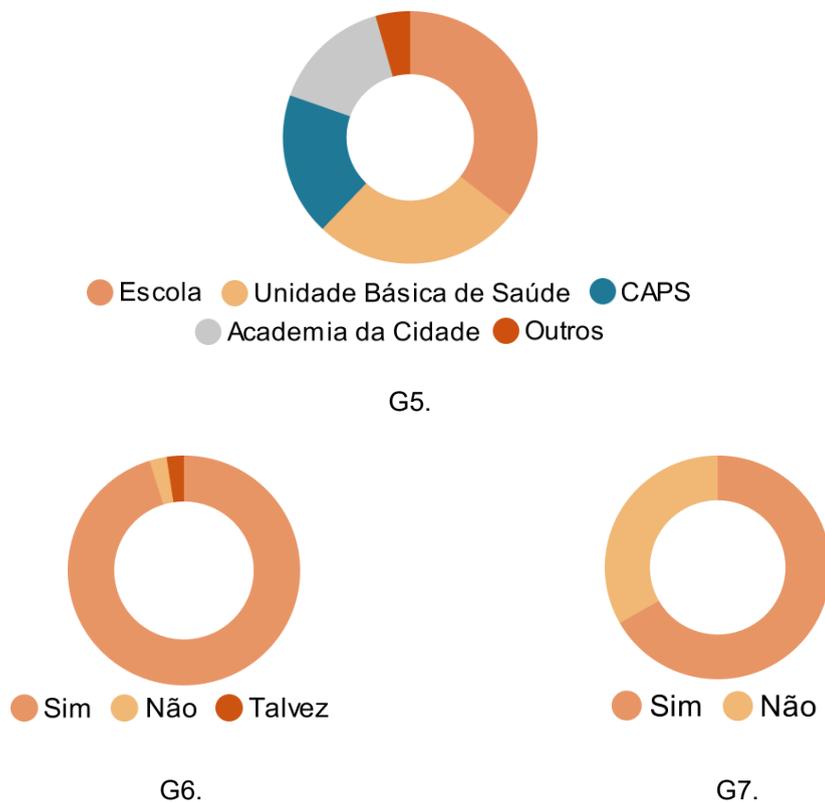
G3.



G4.

Metade dos respondentes afirmou frequentar a comunidade desde o nascimento, e 23,8% estão presentes entre 20 e 50 anos. Esses dados indicam um profundo enraizamento e uma permanência longínqua da população, o que implica em uma valorização e conexão com as instituições locais, como a antiga escola. Quando questionados sobre as edificações e atividades sociais reconhecidas na comunidade, 33% das pessoas destacaram a creche e 25% o Compaz Miguel Arraes, enquanto a escola de ensino básico apareceu com 20%. Essa identificação sublinha a importância das instituições educacionais para a comunidade e ressalta a falta que a escola faz devido ao seu fechamento.

- **Carências e Impacto do Fechamento da Escola**



A quinta pergunta trouxe à tona as principais carências percebidas pela comunidade, com 35,6% apontando a falta de escolas como a maior necessidade local, mostrando-se consistente com a percepção de que a antiga escola Carlos Alberto atuava como um pilar educacional e social. A relevância da escola foi ainda mais evidenciada nas respostas sobre a imponência da instituição, com 95,2% dos entrevistados afirmando conhecê-la, e 66,7% indicando que frequentavam o espaço fora

do horário de aula para participar de diversas atividades, como campeonatos esportivos e aulas de música e artesanato.



De fato, percebe-se que o fechamento da escola teve um impacto significativo na vida dos moradores. 90,5% dos respondentes afirmam que sentem falta da instituição no cotidiano da comunidade e 73,8% relatam que isso afetou diretamente a própria vida ou a de alguém próximo. As atividades que antes eram oferecidas na escola não foram redistribuídas para outras localidades próximas, o que criou uma lacuna que afetou especialmente crianças e adolescentes, os quais realocaram-se para outras escolas, muitas vezes distantes, como indicam os 81,8% que consideraram os novos deslocamentos grandes.

- **Importância da Reabertura da Escola e Inviabilidade de Outros Usos**

Dada a forte conexão da comunidade com a antiga escola, não é surpreendente que a maioria das respostas à pergunta sobre o futuro uso do espaço sugira a reabertura como escola, embora alguns tenham sugerido outros usos, como posto de saúde ou Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). A preferência pelo uso de uma instituição educacional é reforçada pelas sugestões sobre o que deveria ser oferecido no espaço reformado: cursos profissionalizantes, aulas de reforço, atividades culturais e físicas, todas indicando a continuidade da missão educacional e formativa do local.

3.2. Definição do Programa

Em síntese, os dados obtidos por meio do questionário retratam a importância central da escola para a comunidade, tanto como espaço educacional quanto como ponto de encontro e desenvolvimento social. Outros usos citados, como o equipamento

de saúde, embora importantes, não teriam o mesmo impacto positivo que o projeto busca efetivar ou preencheriam a lacuna deixada pelo fechamento da escola, ao considerar seus papéis históricos e sociais.

Além da abordagem participativa por meio do questionamento direto às pessoas, foi feita uma oficina com lideranças da comunidade, mães, antigos alunos e professores da antiga escola, com o propósito de permitir que os participantes expressassem suas percepções acerca das fases da instituição, tanto em funcionamento quanto fechada, para que fosse possível compreender de maneira mais pessoal os impactos emocionais e sociais causados pelo abandono do espaço.

Ao reunir essas perspectivas distintas, o processo participativo reforçou questões essenciais como a importância do vínculo afetivo e funcional com a instituição e o papel exercido por ela na comunidade. Ademais, os relatos contribuíram para o entendimento das expectativas dos usuários em relação ao uso futuro do espaço, auxiliando na definição das diretrizes iniciais para o desenvolvimento do projeto de renovação arquitetônica.

Portanto, a reabertura do espaço como equipamento educacional, com a incorporação de atividades que reforcem a educação e serviços de apoio e bem-estar da comunidade, junto a outros que eram ofertados antes do fechamento, foi tomada como escolha mais alinhada com as demandas e desejos expressos pelos moradores. Sendo assim, o programa de necessidades arquitetônico foi delineado com base na oferta de serviços essenciais inerentes a uma instituição educacional de ensino fundamental, acrescido de funções que objetivam complementar os ensinamentos além da sala de aula em conjunto à integração da comunidade a partir da utilização multifuncional do espaço.

4. Referências projetuais

4.1. Escola Novo mangue

Escritório: O Norte - Oficina de Criação

Local: Recife, PE - Brasil.

Ano: 1990

Área: 720m²

Figura 06 - Acesso Escola Novo Mangue.



Fonte: Google Street View.

A Escola Novo Mangue foi desenvolvida para ser acolhedora e convidativa à população, situada na comunidade do Coque, ZEIS localizada na Ilha Joana Bezerra, região central do Recife. Pensada para ser um espaço central das atividades sociais e culturais da localidade, a escola surge a partir da participação ativa da comunidade na formação das diretrizes projetuais, com o objetivo de restaurar uma das centralidades do bairro do Prado, também no Recife, com foco no aprendizado coletivo, na sustentabilidade e na integração ambiental.

Figura 07 - Moradores no processo de construção da Escola Novo Mangue.

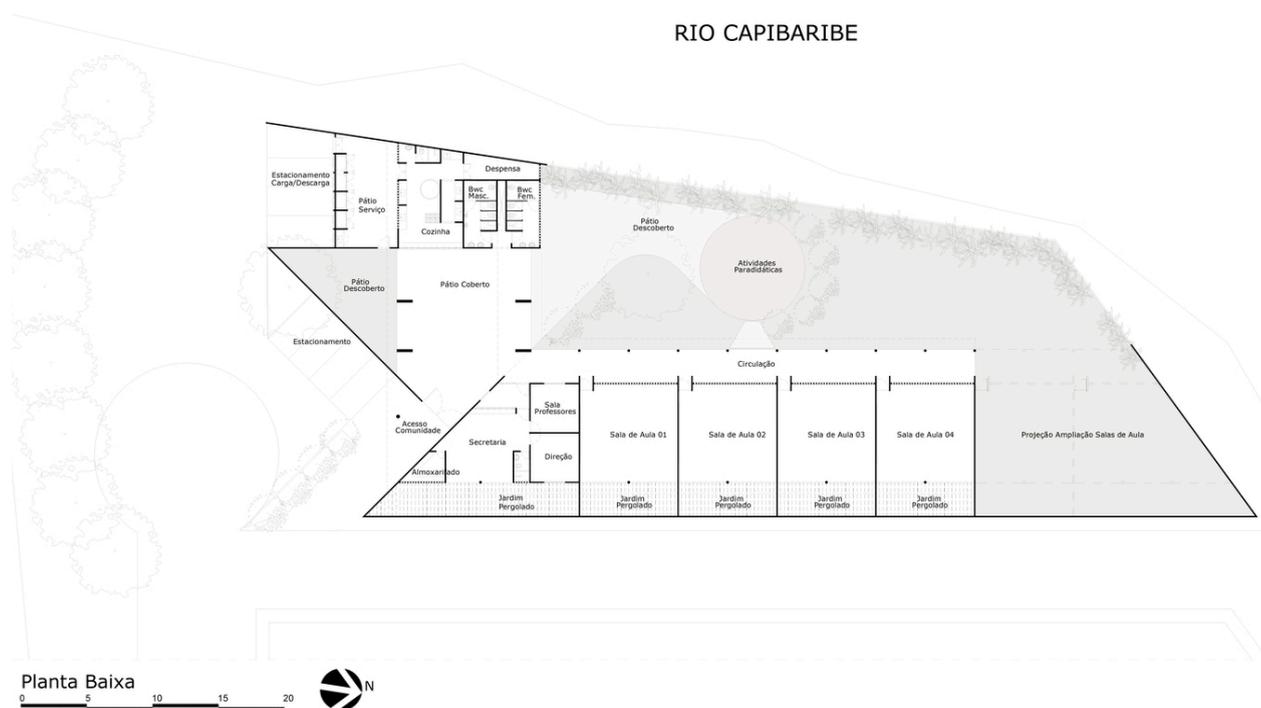


Fonte: Archdaily, por Francisco Rocha.

Ao longo dos anos, a escola foi sendo abraçada pelo corpo docente e pela comunidade local, que incorporaram o espaço à sua rotina. Tornou-se um lugar de destaque para práticas pedagógicas voltadas à valorização da cultura popular, promovendo atividades como grupos de música, capoeira e maracatu. Além disso, a chegada da escola incentivou o reflorestamento das áreas de mangue às margens do Rio Capibaribe, transformando-a em um ponto central, não só para as crianças, mas para toda a comunidade, funcionando como um importante centro de cultura e cidadania.

A implantação em formato de "L" criou um pátio de grande valor espacial, funcionando tanto como uma área de transição entre o rio e o edifício, quanto como um espaço de respiro e contemplação do mangue. A configuração espacial reforçou a relevância do rio e facilitou o trabalho educativo da escola. Com o passar dos anos, essa iniciativa não só modificou completamente o ambiente local, como também inspirou a mudança do nome da escola, que passou a se chamar Novo Mangue.

Figura 08 - Planta Baixa Térreo - Escola Novo Mangue.



Fonte: Archdaily, por Guilherme Pucci.

As estratégias centradas em ideais sustentáveis atuam como um dos pilares do projeto, que perpassa as limitações de recursos e revela um compromisso profundo com o meio ambiente. A construção optou por soluções projetuais simplificadas, que não apenas atendem às necessidades funcionais, mas também se conectam com a realidade local. O uso de materiais regionais, de fácil acesso e manuseio, foram adotados buscando evitar a necessidade de técnicas construtivas complexas e custosas, promovendo uma obra acessível e, ao mesmo tempo, ecologicamente responsável.

A aposta inteligente na ventilação cruzada objetiva aproveitar as correntes naturais de ar e, com isso, dispensa a dependência de recursos artificiais e cria um ambiente com controle bioclimático otimizado. Essa decisão, além de potencializar o conforto térmico dos usuários, também reforça o compromisso do projeto com as premissas ligadas à sustentabilidade.

Figura 09 - Circulação salas de aula Escola Novo Mangue.



Fonte: Archdaily, por Guilherme Pucci.

A iluminação natural, evidenciada nas salas de aulas por meio da presença de um jardim interno que se liga ao espaço de aprendizado, permite uma conexão entre ambientes distintos sem impor barreiras físicas, tendo como prioridade a integração da construção com o ambiente natural.

Figura 10 - Sala de aula Escola Novo Mangue.



Fonte: Archdaily, por Guilherme Pucci.

O projeto se destaca não só pela simplicidade nas soluções, mas pela integração sofisticada de práticas ecológicas, criando um espaço que respeita o meio ambiente e favorece o bem-estar coletivo. Além de ser um equipamento essencial para a comunidade, oferece um ambiente de aprendizado para os alunos e estende suas atividades à população, promovendo convivência por meio de iniciativas culturais e pedagógicas. Assim, o espaço se transforma em um ponto de encontro multifuncional que fomenta tanto a educação quanto o desenvolvimento social e cultural da comunidade.

4.2. Complexo Educacional e Cultural Santa Maria

Escritório: Carolina Penna Arquitetos

Local: São Caetano do Sul, SP - Brasil.

Ano: 2022

Área: 10.000m²

Figura 11 - Blocos de sala de aulas do Complexo Educacional Santa Maria.



Fonte: Archdaily, por Guilherme Pucci.

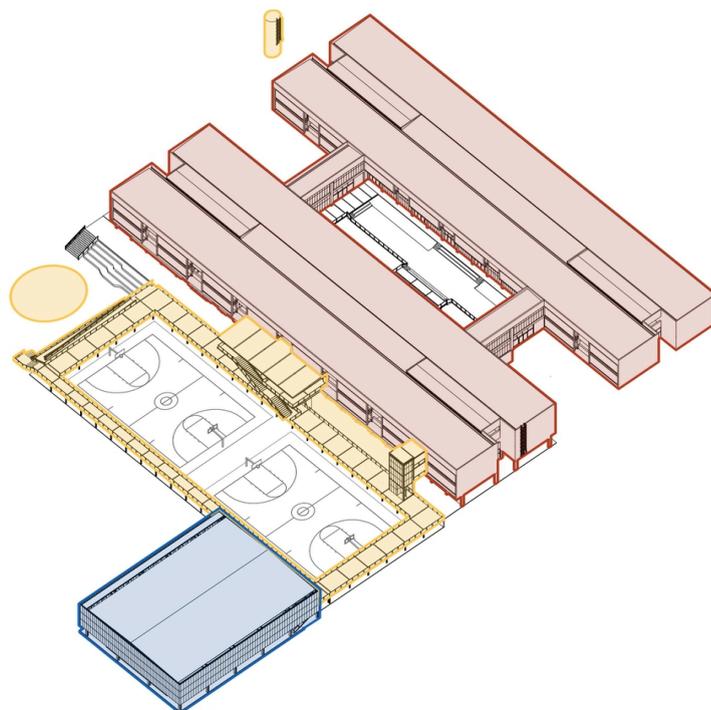
O projeto do Complexo Educacional, Esportivo e Cultural Santa Maria envolve a revitalização de um edifício originalmente construído em 1968, o qual teve seu espaço ampliado com a finalidade de suas instalações atenderem a um público mais diverso.

Nele, a arquitetura valoriza o papel do espaço como integrador da comunidade local ao oferecer áreas multifuncionais que incentivam o uso compartilhado e o fortalecimento dos laços entre os moradores e a escola. A reforma preserva o valor histórico da construção, enquanto adapta as áreas às necessidades contemporâneas de ensino, esporte e cultura.

O programa escolar foi idealizado para promover uma ampla variedade de usos e interações entre alunos, e se concretizou por meio da construção de dois blocos funcionais que abrigam duas escolas, a primeira de educação infantil e outra referente à educação de alunos do ensino fundamental. O objetivo dessa estratégia projetual na escola é trazer maior interação e socialização entre os alunos de idades distintas, com a visão de desenvolver competências cognitivas e sociais como colaboração e sensibilidade ao próximo.

O edifício foi setorizado de forma a equilibrar autonomia e compartilhamento entre as diferentes escolas, otimizando a funcionalidade dos espaços. Cada escola opera de maneira independente e tem seu funcionamento administrativo separado, porém compartilham as áreas comuns como as esportivas e externas em conjunto aos espaços de convivência.

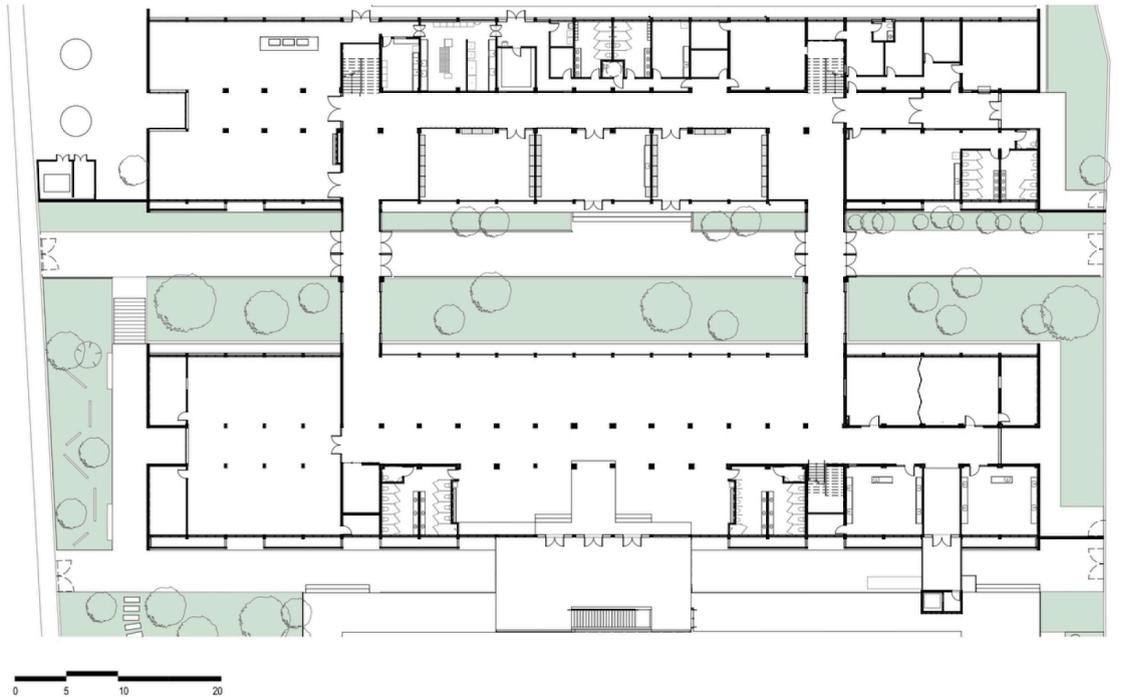
Figura 12 - Axonometria do Complexo Educacional Santa Maria.



Fonte: Archdaily, por Susanna Moreira.

No pavimento térreo, concentram-se os ambientes voltados ao uso coletivo, que acabam por criar um eixo social que inclui o pátio, auditório, estúdio de dança e música, além da biblioteca, reforçando o papel desses espaços como pontos centrais de integração entre os alunos.

Figura 13 - Planta Baixa Pavimento Térreo.



Fonte: Archdaily, Susanna Moreira.

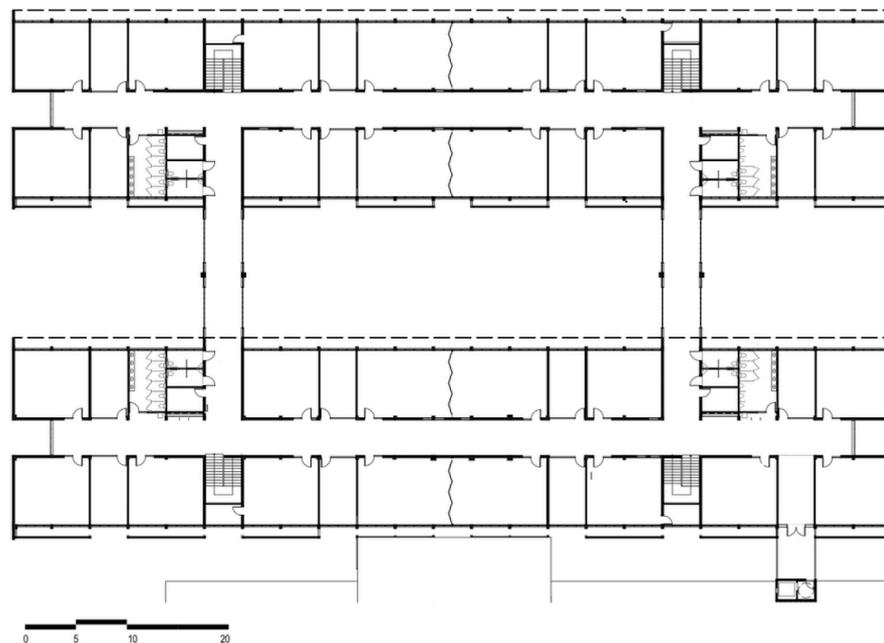
Figura 14 - Pátio do Complexo Educacional Santa Maria.



Fonte: Archdaily, por Guilherme Pucci.

O pavimento superior foi projetado para o ensino fundamental, de modo a otimizar o fluxo entre as salas de aula e os espaços de apoio, como a sala de coordenação e estúdios multiusos. A disposição visa garantir um ambiente funcional, com fácil acesso aos recursos necessários para o aprendizado e, ao mesmo tempo, proporcionar flexibilidade para a realização de atividades diversas, como projetos colaborativos e oficinas. Essa setorização visa favorecer tanto a dinâmica pedagógica quanto o uso eficiente dos espaços.

Figura 15 - Planta Baixa Pavimento Superior Complexo Educacional Santa Maria.



Fonte: Archdaily, Susanna Moreira.

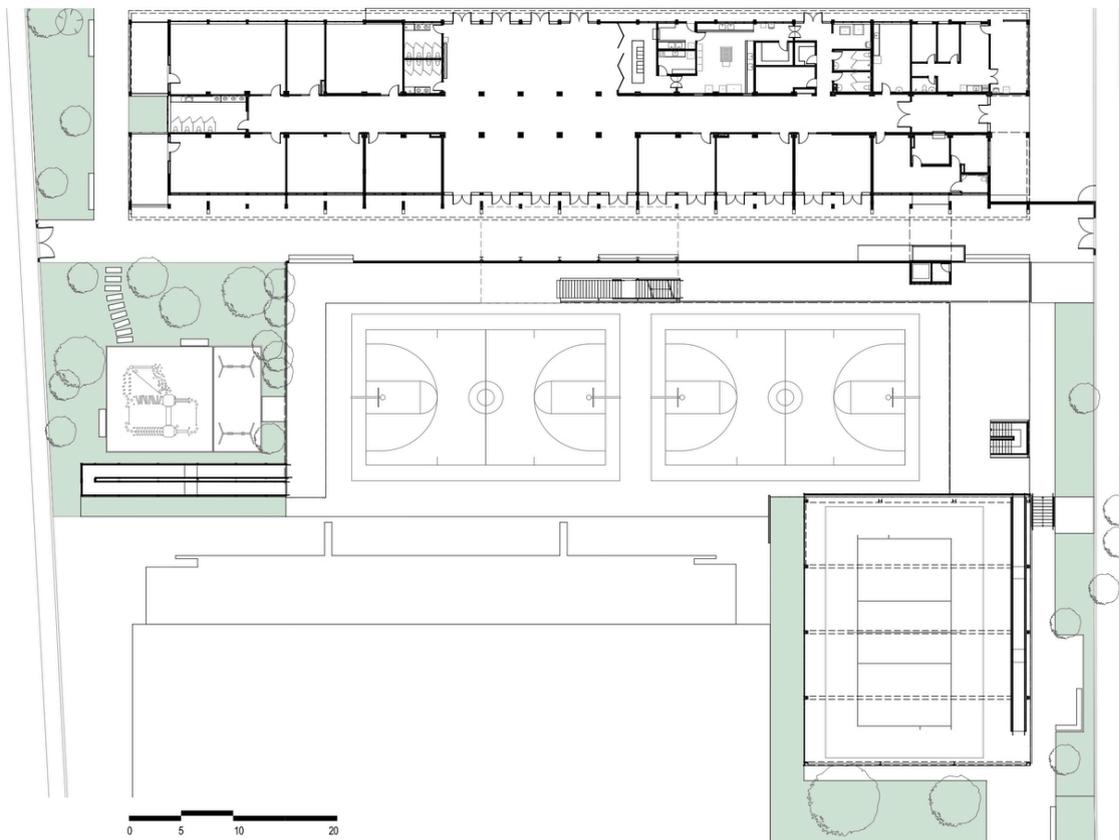
Figura 16 - Circulação Pavimento Superior Complexo Educacional Santa Maria.



Fonte: Archdaily, por Guilherme Pucci.

Já o pavimento inferior abriga a escola de educação infantil, exclamando uma clara preocupação em garantir proximidade às áreas externas para facilitar o acesso às zonas verdes e esportivas, essenciais para o desenvolvimento infantil. Com playground, jardins, horta e três quadras esportivas, em que uma delas foi transformada em ginásio coberto, a escola garante que haja uma conexão direta com essa diversidade de espaços que acabam por contribuir com a vivência e o aprendizado das crianças, sem deixar de evidenciar a importância do contato com a natureza e incentivar a prática de atividades físicas e trocas sociais em um ambiente seguro e integrado.

Figura 17 - Planta Baixa Pavimento Inferior Complexo Educacional Santa Maria.



Fonte: Archdaily, por Guilherme Pucci.

Figura 18 - Quadras e bloco de salas de aula Complexo Educacional Santa Maria.



Fonte: Archdaily, por Guilherme Pucci.

Em resumo, o Complexo Educacional, Esportivo e Cultural Santa Maria representa um avanço significativo na criação de espaços educacionais que transcendem o simples e árduo ato de ensinar. A revitalização da edificação original, associada à ampliação e adaptação das instalações essenciais, demonstra um profundo compromisso com a preservação da história e, ao mesmo tempo, com a inovação.

As propostas arquitetônicas e pedagógicas refletem uma abordagem contemporânea, focada na aproximação da comunidade e no desenvolvimento integral dos alunos, promovendo, além de apenas aprendizado acadêmico, o fortalecimento de competências sociais, como cooperação e solidariedade.

Assim, o projeto se concretiza além de uma simples reforma, proporcionando um espaço que estimula a educação, o esporte, a cultura e a integração social, contribuindo para a formação de indivíduos mais conscientes, colaborativos e preparados para a vida em sociedade.

5. O bairro, o espaço e o entorno.

5.1. O bairro

O bairro do Prado, localizado na zona oeste do Recife, é conceituado como um dos mais antigos e tradicionais da cidade, com sua história sendo referenciada ao século XIX, quando a região era uma vasta área de engenhos de açúcar e fazendas. Possui uma área predominantemente residencial que guarda muitas das características históricas e culturais que marcaram sua origem, como ruas arborizadas, praças e casarões antigos, além de contar, apesar de reduzida, com uma ativa presença de serviços e comércios populares.

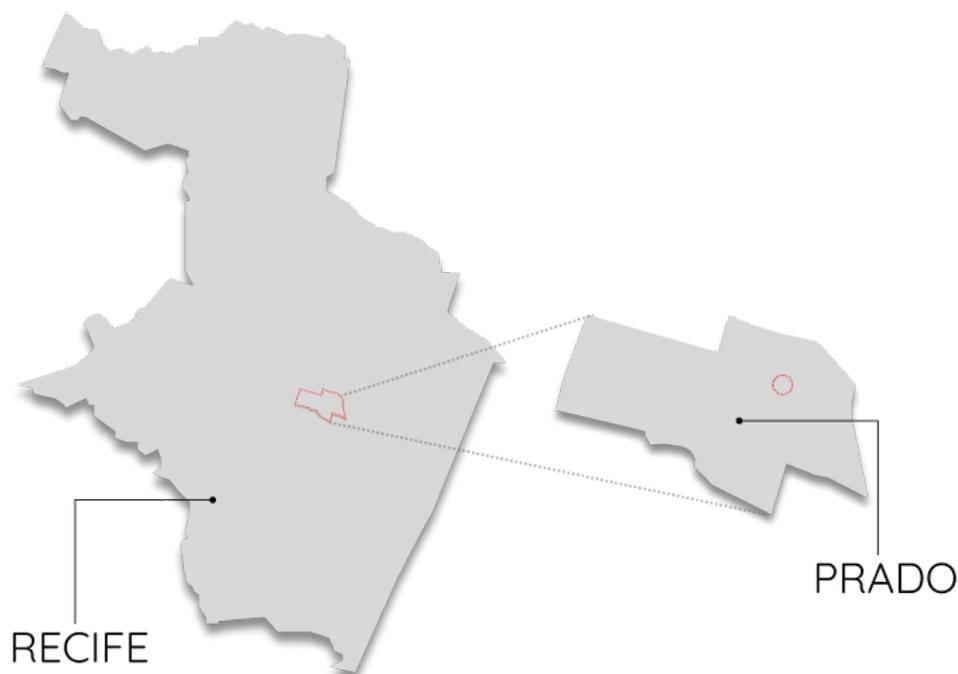
Com o passar do tempo, o Prado passou por distintos processos de urbanização e transformações territoriais. O adensamento acelerado e desordenado em áreas carentes de infraestrutura e serviços básicos, sem o apoio de políticas públicas, gerou o surgimento de ocupações marcadas por desigualdades e a presença de cada vez mais assentamentos precários, os quais atualmente são reconhecidos como as ZEIS Novo Prado, ZEIS Prado e ZEIS Sítio do Berardo. A configuração e resistência dessas áreas

destacam as contradições socioespaciais presentes no bairro que, por sua vez, sofre com um intenso processo de verticalização devido à construção de novos empreendimentos, sendo alguns com mais de 12 pavimentos.

Territórios como este destacam-se não apenas pelo aumento da densidade populacional, como também pela crescente oferta de serviços e infraestruturas resultantes das demandas que acompanham esse processo. Uma das consequências desses fatores se apresenta por meio da aparição da especulação imobiliária, que paira como uma sombra nos espaços ociosos presentes no bairro. (Silva. 2008)

“A paisagem do Prado guarda contradições perceptíveis a quem por lá passa. É um bairro que divide seus espaços com grandes equipamentos como o Jockey Club, prédios públicos, áreas pobres, carentes de infra-estrutura, e equipamentos modernos como os edifícios. Essa heterogeneidade tem se ampliado com as investidas do mercado imobiliário no bairro.” (SILVA. Luciana. 2008, Recife).

Figura 19 - Mapa de localização do Recife e do bairro do Prado.



Fonte: João Victor Pereira

Figura 20 - Vista da rua Carlos Gomes.



Fonte: João Victor Pereira

Figura 21 - Vista do lote a partir da rua Gomes Taborda.



Fonte: João Victor Pereira

5.2. O Lote

A área de intervenção projetual situa-se na esquina que intermedia as ruas Gomes Taborda e Carlos Gomes, no lote de número 354. Com cerca de 2.818m² de área total e 1.053m² de área construída, o terreno possui uma localização privilegiada na Região Metropolitana do Recife, próximo a duas imponentes vias, a Av. Caxangá e a Av. Abdias de Carvalho, que atuam compondo a rede de mobilidade da cidade como um dos principais corredores de transportes coletivos.

Figura 22 - Mapa de situação - Área de estudo.



Fonte: Adaptado de Google Earth.

O lote anteriormente abarcava uma múltipla funcionalidade, com o Centro Espírita e orfanato Lar Teresa de Jesus, contidos no Imóvel Especial de Preservação (IEP) e no anexo conectado a ele, e a escola, que atendia estudantes de ensino fundamental - do 6º ao 9º ano - e que, por sua vez, funcionava na parte posterior do terreno, em um bloco linear que abrigava todas as atividades administrativas e pedagógicas.

Nos dias atuais, apenas o Centro Espírita ainda possui funcionalidade, visto que a parte antes utilizada pela escola encontra-se abandonada e subutilizada pelos proprietários, sendo usada como estacionamento aos finais de semana.

Figura 23 - Vista do acesso principal ao IEP.



Fonte: João Victor Pereira

Figura 24 - Imagem aérea da área de intervenção.



Fonte: Adaptado de Google Earth.

5.3. O Entorno

Ao analisar o entorno imediato, é possível perceber uma série de características que influenciam diretamente o uso e a qualidade do espaço urbano da área. O contexto local é marcado por uma extensa diversidade de usos, destacando-se o residencial, comercial e o institucional como coexistentes em proximidade, fator que efetiva uma heterogeneidade ocupacional resultante de uma dinâmica urbana expressiva, ao passo que impõe desafios em termos de integração e convivência entre os usos distintos.

Embora haja a presença de algumas praças e espaços verdes no entorno, nota-se que esses espaços estão situados em regiões não atrativas para os usuários, tais como giratórias com alto fluxo de veículos que dificultam até o acesso dos transeuntes. Junto a isso, muitos desses locais estão subutilizados, apresentam más condições de cuidados

e, por isso, tornam-se inadequados para permanência do cidadão, o que acaba por reduzir seu potencial objetivo de servir como área de convivência e lazer para a população.

Figura 25 - Mapa de usos.



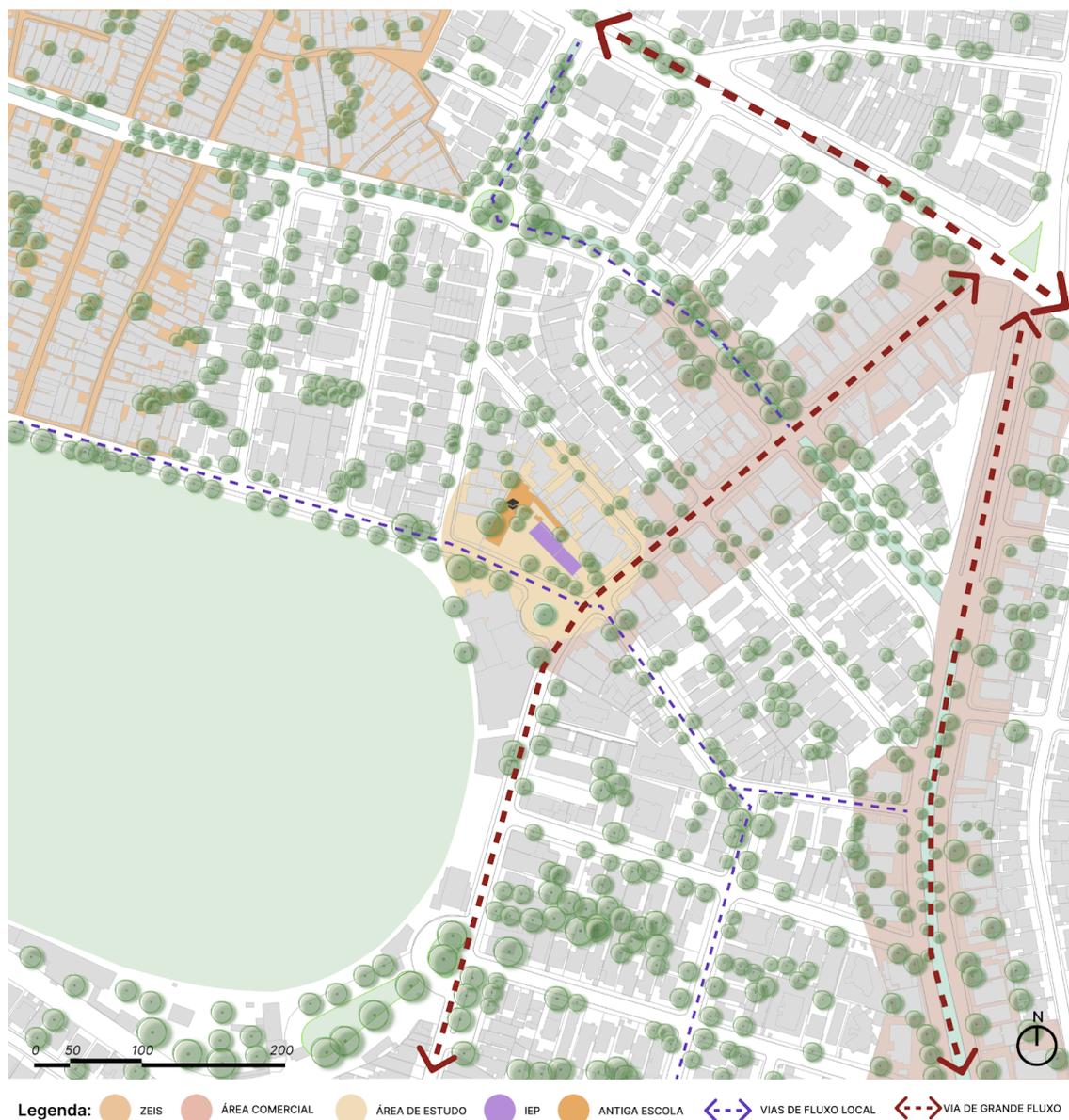
Fonte: João Victor Pereira

Por meio do mapeamento da área e da análise cotidiana, observa-se que as vias principais que circundam o terreno suportam um fluxo intenso de veículos, e a presença do uso comercial e de serviço ao longo da Rua Carlos Gomes faz emergir um ambiente bastante atrativo para usufruto com esses fins. Entretanto, a facilidade de acesso por automóveis em áreas mistas em que há concomitantemente um acentuado trânsito de pedestres acaba por gerar impactos negativos, como poluição sonora e riscos à

segurança daqueles que trafegam permeando essa zona.

A escola, ao ser reformada, pode se integrar ao tecido urbano de maneira a criar uma relação de complementaridade: ao passo que fornece um espaço potencializador do uso comunitário, serve como ponto de apoio e atrativo para as atividades comerciais, ao oferecer, por exemplo, atividades culturais ou educacionais que atraiam mais fluxo para a região e, a partir disso, consegue atender tanto à comunidade residente quanto às necessidades comerciais dos arredores.

Figura 26 - Mapa de diagnóstico.



Fonte: João Victor Pereira

Na ZEIS Sítio do Berardo, a adensada urbanização não privilegia o desenvolvimento de espaços verdes e áreas de convivência públicas, em contramão ao entorno da área de intervenção, o qual se delinea em espaços menos adensados, propiciando o acesso com mais facilidade a espaços livres arborizados e a proliferação de ambientes mais agradáveis e harmoniosos. Essa distinção acaba por ressaltar a desigualdade na distribuição de recursos na região e a ausência de políticas públicas junto a um planejamento urbano adequado, em que a ZEIS gradativamente revela os resultados deste desfavorecimento.

Apesar da presença de árvores de pequeno porte ser bem notada, a escassez de áreas verdes no entorno reforça a importância do projeto trazer a vegetação em sua concepção junto a áreas de convivência, não apenas como parte do ambiente escolar, mas também como um ponto de referência mais ameno na região.

Figura 27 - Mapa de cheios e vazios.



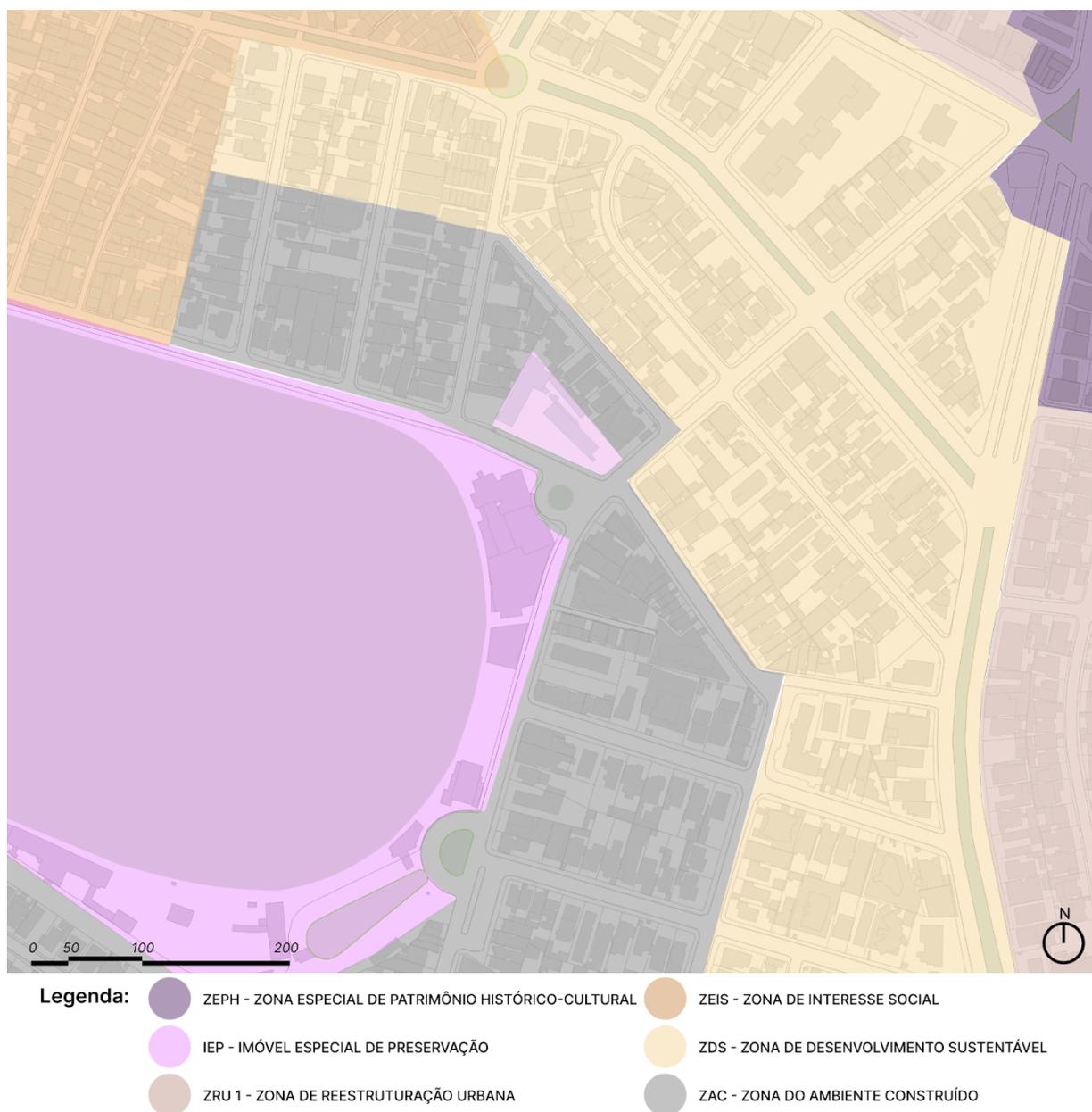
Fonte: João Victor Pereira.

Em suma, o entorno imediato apresenta uma configuração urbana em que a renovação do equipamento educacional pode vir a operar como agente minimizador dos impactos negativos gerados pela inadequação dos ambientes ali presentes. O objetivo não é fazer com que a escola torne-se um âmbito substituto para os espaços de integração externos, como praças e áreas verdes, mas sim transformá-la em um objeto complementar para o bem-estar da população.

5.4. A legislação

De acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife (Lei nº 1411/1983), o bairro do Prado contempla em sua grande parte a Zona de Urbanização Preferencial (ZUP 1), além de contemplar as três ZEIS anteriormente citadas. Já o Plano Diretor da Cidade do Recife (Lei Complementar nº 02/2021) estabelece o bairro entremetidos na Macrozona do Ambiente Construído (MAC) e na Zona de Ambiente Construído ZAC - Planície 1, em que o Coeficiente de Aproveitamento - índice que delimita o potencial construtivo de determinada área - Mínimo é de 0.3, o Básico de 1.0 e o Máximo de 4.0.

Figura 28 - Mapa de Zoneamento.



Fonte: Adaptado de ESIG.

A edificação histórica situada no terreno foi incorporada na Lei que define os Imóveis Especiais de Preservação (Lei dos IEP, nº 16.284/1997), a qual trata acerca do tombamento e da proteção do patrimônio cultural e histórico da cidade, além de garantir que intervenções sejam feitas em concordância com as normas e parâmetros que visam preservar seus valores históricos e culturais.

Sua posição em uma área de reestruturação urbana próxima a uma ZEIS e a uma zona de desenvolvimento sustentável torna o projeto um catalisador das transformações

que ocorrem em seu entorno. Dessa forma, a renovação arquitetônica proposta qualifica o ambiente urbano tanto em termos de infraestrutura quanto de serviço social, ao oferecer uma instituição educativa moderna e integrada com as necessidades sociais e urbanísticas da população local, incorporando soluções ambientais que se alinham às diretrizes de sustentabilidade urbana que a localidade tanto anseia.

6. O projeto

6.1. O conceito, o partido e as diretrizes

O conceito do projeto baseia-se na escola ser vista como um farol comunitário, concebido para ser um ponto de encontro e integração social que visa iluminar e fortalecer os laços entre a comunidade e o espaço. Assim, ao se destacar como um marco arquitetônico e valorizar a experiência espacial do usuário, o conceito perpassa uma ideia de permeabilidade e conexão de maneira inovadora tal como o projeto de renovação em si.

No projeto, o nome da nova escola foi escolhido em homenagem à antiga diretora, Iza de Lima Farias, que desempenhou um papel fundamental na luta pelos direitos tanto da escola quanto dos alunos enquanto gestora da instituição. Seu compromisso e dedicação ao longo dos anos foram essenciais para a preservação dos valores educacionais e para a defesa da comunidade escolar, o que torna esta homenagem uma tentativa de reconhecimento de sua importante contribuição.

A experiência espacial desenrola-se de forma imersiva e variada. À medida que a edificação é explorada, possibilita o encontro de diferentes atmosferas e percepções, com transições de luz, texturas e alturas que marcam o indivíduo e tornam o espaço dinâmico e envolvente. Partindo disso, o projeto destaca-se por integrar arquitetura, comunidade e urbanidade de forma harmoniosa e fluida.

Embora existam elementos que operam como barreiras físicas indispensáveis em qualquer projeto arquitetônico, o intuito no desenvolvimento deste foi resultar na minimização delas por meio de algumas estratégias projetuais, tais como visadas com a presença de brises verticais que facilitam a transição visual entre ambientes internos e

externos. Assim, a edificação, ao se desatar para o exterior com a oferta de serviços básicos que contém, busca criar um espaço acolhedor e participativo do modo que a comunidade tanto anseia.

A conexão entre os diferentes espaços e níveis da escola ocorre de maneira fluida e natural, com os elementos constituintes da disposição planejada promovendo a ligação por entre os blocos e orientando os alunos e visitantes de forma orgânica, o que resulta em uma interação e convívio em diferentes espaços e traz para a prática aquilo que foi tão discutido em teoria.

O partido do projeto se centra no pátio, que foi concebido como uma área de permanência e pensado para ser um espaço ativo e acolhedor. De forma coletiva, se apresenta como um pilar integrador desenhado como um ambiente de descanso, recreação e aprendizado ao ar livre, em que os valores sociais serão perpetuados por aqueles que o usufruïrem.

6.2. O programa de necessidades

O desenvolvimento do programa de necessidades do projeto baseou-se, principalmente, nas dinâmicas antes prevalecentes na escola. Além do ensino formal, a instituição trazia aos finais de semana e em horários assíncronos às aulas atividades diversas e atrativas para diferentes públicos, tais como: aulas de música, capoeira, informática e oficinas de artesanato e ensino. Retomar esse histórico de dinamismo, além das atividades educacionais, mostrou-se essencial para resgatar as interações sociais que a comunidade e os alunos tinham para com o espaço, e auxiliou na adequação dos ambientes presentes no projeto com foco no usuário.

Além disso, para que o programa de necessidades pudesse ser plenamente atendido com foco no objetivo geral da concepção do projeto, optou-se por desapropriar o terreno vizinho, que anteriormente servia como estacionamento desligado à escola, bem como uma casa adjacente a ele, que apresentava condições precárias que poderiam oferecer riscos à segurança dos habitantes, para que a área subutilizada viesse a ter seu potencial máximo utilizado, assegurando a distribuição espacial

adequada para viabilizar a criação de espaços de convivência, lazer e suporte pedagógico de maneira funcional.

Devido à inadequação da estrutura atual da edificação existente que abarcava o uso da escola, junto ao não cumprimento de normas básicas exigidas pelo Código de Edificações da cidade do Recife e pela Norma Brasileira Reguladora (NBR) nº 15.575, a qual estabelece os requisitos mínimos para o bom desempenho de edificações, viu-se a necessidade de sua completa demolição, bem como a do anexo ligado à ela, por se apresentar como uma edificação espúria ao edifício histórico que será preservado.

É importante destacar que o projeto de renovação arquitetônica do Imóvel Especial de Preservação próximo à escola não se limitou apenas à sua revitalização externa, devido a condição atual de subutilização do potencial que a função social da propriedade pode oferecer. Ao adaptar a ambientação interna da edificação, a qual deixará de ser utilizada como centro espírita, o projeto visa adequar suas instalações para abrigar as funções administrativas da escola, respeitando a identidade original do imóvel à medida que atende às novas necessidades funcionais.

E, para garantir que essa renovação se alinhe às diretrizes de preservação, a intervenção projetada prioriza a manutenção dos elementos arquitetônicos que definem a estética condizente com a identidade histórica do imóvel. Assim, as áreas internas serão reconfiguradas com adaptações para abrigar a biblioteca, diretorias, secretaria e sala dos professores, enquanto se preservam as características originais, como as janelas e o revestimento das paredes. Ademais, a área externa servirá como apoio para as atividades que ali passarão a ocorrer, junto à contemplação de elementos vegetais que vão compor toda a amenidade que o projeto visa apresentar para seus usuários.

Figura 29 - Planta de demolição da área de intervenção.



Fonte: Adaptado por João Victor Pereira.

O programa foi pensado com a premissa de suprir as demandas de uma escola de ensino fundamental de turno regular. Sendo assim, utilizou-se como base os parâmetros básicos das orientações técnicas percorridas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação (MEC).

Portanto, algumas modificações fizeram-se pertinentes em relação à situação apresentada pela antiga escola, como o aumento de espaços de salas de aula e o laboratório de informática, que antes eram mínimos e considerados inadequados no que tange à acessibilidade universal, e insalubres em termos de iluminação e ventilação natural, situações que prejudicavam a aprendizagem e o bem estar dos alunos.

Junto a isso, a capacidade anterior de estudantes que a escola comportava atingia cerca de 360 alunos. Com o resultado alcançado no projeto por meio do aumento da área pedagógica, foi possível atingir a capacidade total de 520 alunos.

Figura 30- Antigo bloco de salas de aula, situação atual.



Fonte: Luana Almeida.

A ambientação do projeto se divide em quatro setores de acordo com a funcionalidade abarcada em cada um, sendo eles: Administrativo, Pedagógico, Recreação e Serviço. A divisão de usos se distribuiu da seguinte forma:

Figura 31 - Programa de necessidades pedagógicas.

PEDAGÓGICO		
AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA (m²)
Recepção	1	41,11 m ²
Apoio Pedagógico	1	20,50 m ²
Laboratório de informática	1	64,46 m ²
Laboratório de química	1	64,46 m ²
Salas de aula	5	48,94 m ²
Banheiros	2	38,00 m ²
DML	2	3,50 m ²
Quadra	1	478,37m ²
Vestiários	1	38,22 m ²
Horta	1	85,10 m ²

Fonte: Elaborado por João Victor Pereira.

Figura 32 - Programa de necessidades de serviço.

SERVIÇO		
AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA (m²)
Cozinha	1	29,60 m ²
Despensa	1	5,15 m ²
Banheiro Feminino	1	7,45 m ²
Banheiro Masculino	1	4,85 m ²
DML	1	3,70 m ²
Gás	1	2,10 m ²

Fonte: Elaborado por João Victor Pereira.

Figura 33 - Programa de necessidades administrativas e de recreação.

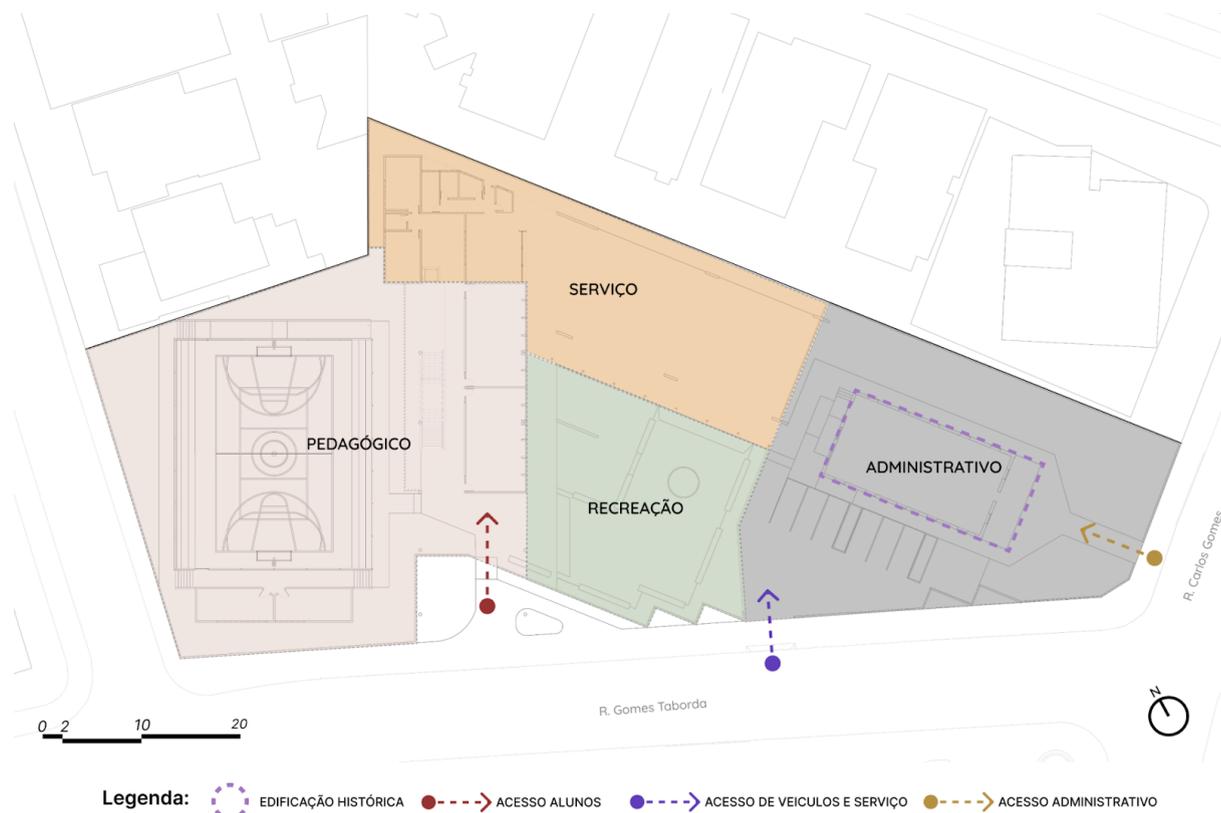
ADMINISTRATIVO		
AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA (m²)
Recepção e Espera	1	57,70 m ²
Biblioteca	1	80,07m ²
Secretaria	1	23.20m ²
Diretoria	1	12.30m ²
Bwc diretoria	1	2.61m ²
Sala dos professores	1	36,13m ²
Bwc Adminitração	2	7.20 m ²
Arquivo	1	14.30m ²
Estacionamento	1	225,56 m ²
Bicicletário	1	28,09 m ²
Sala de reunião	1	12,70 m ²
Varanda	1	25,61 m ²

Fonte: Elaborado por João Victor Pereira.

6.3. O zoneamento e o fluxograma

O zoneamento do projeto busca organizar de forma clara e funcional os setores Administrativo, Pedagógico, Recreação e Serviço. De forma individual com enfoque no coletivo, cada setor foi pensado para garantir uma interligação entre as mais diversas funções, visando facilitar a circulação e promover a integração de todos os blocos edificados.

Figura 34 - Zoneamento esquemático.



Fonte: João Victor Pereira.

O setor administrativo, que abrange a edificação histórica existente, tem a premissa de garantir fácil acesso para o público interno e externo às atividades acadêmicas, como pais e responsáveis de alunos e outros visitantes, para que o controle e a gestão do acesso de pessoas sejam realizados de maneira eficiente pela escola.

O setor de serviço, situado mais ao fundo do terreno, engloba toda a parte de apoio ao funcionamento técnico da escola e aos funcionários, sendo ligado ao fornecimento de merenda escolar. O refeitório, por sua vez, se situa em uma área que favorece a fluidez entre o espaço de alimentação e o pátio, promovendo um ambiente acolhedor e dinâmico para as refeições.

O setor de recreação compõe-se apenas pelo pátio descoberto, cujo espaço é voltado para a convivência diária dos alunos e atua como um ponto de encontro e interação, além de proporcionar momentos de descontração e descanso em meio a jornada diária de estudos. O ambiente atua como o centro de todo o projeto, pois

também objetiva ser o palco de atividades externas voltadas para a comunidade e, desse modo, visa proporcionar momentos valiosos para que o corpo social da escola junto à população externa tenham um espaço que contribui diretamente para o bem-estar e a harmonia do ambiente como um todo.

Localizado na lateral do lote voltada para a Rua Gomes Taborda, tencionado ao afastamento do movimento intenso de veículos presente na R. Carlos Gomes, o setor pedagógico possui acesso próprio ao bloco de salas de aula que, além de atender às atividades das crianças, também será usado como um espaço de suporte à comunidade, para reuniões, oficinas, cursos ou serviços comunitários. As salas de aula são dispostas de modo a destacar a tranquilidade presente no ambiente e apresenta visibilidade direta ao pátio central possibilitando uma interação natural entre os momentos de ensino e recreação, sem desfocar a atenção devida de cada.

Figura 35 - Isometria do projeto.



Fonte: João Victor Pereira.

Em síntese, o zoneamento delineado garante uma harmonia entre os blocos, com o princípio de utilizar o pátio como ponto de convergência e valorizar a experiência espacial dos alunos, por meio de uma promenade arquitetônica, além de criar um fluxo contínuo entre as atividades administrativas, educativas e recreativas.

6.4. Concepção do projeto e cortes esquemáticos

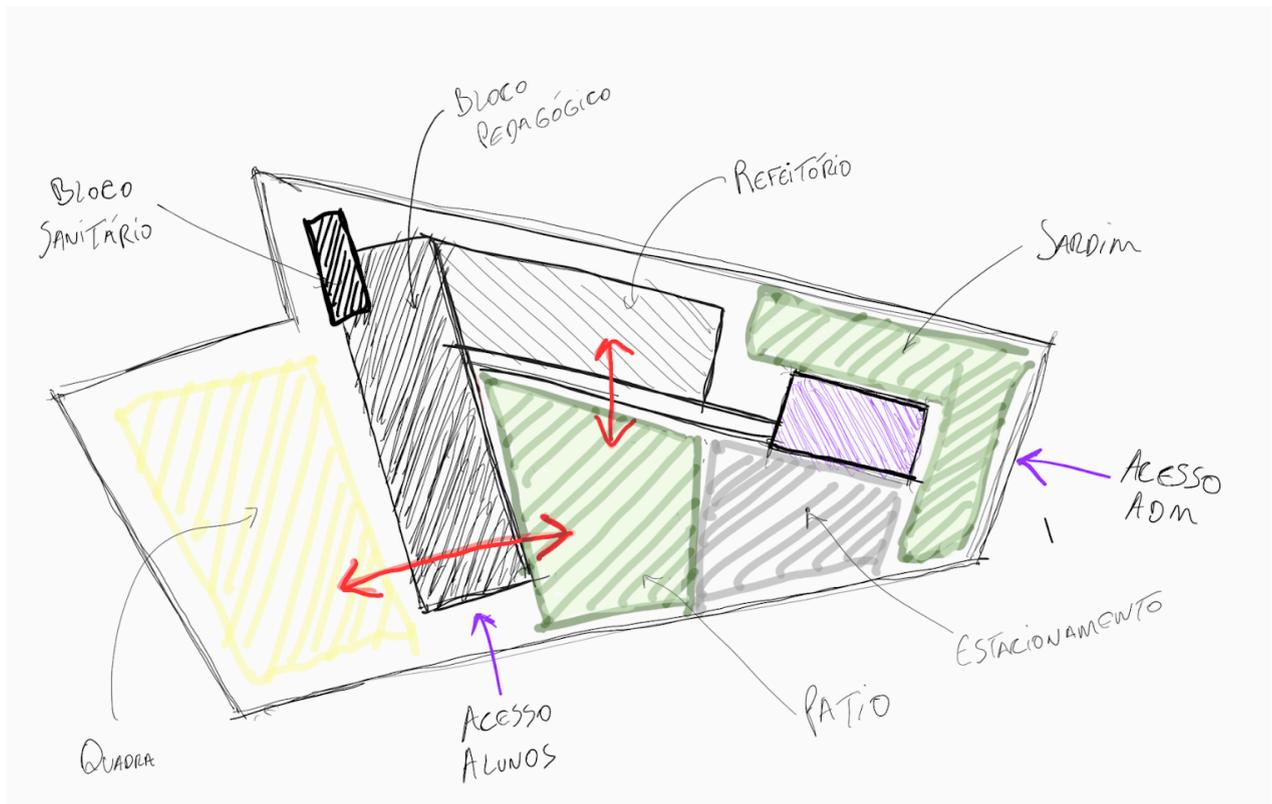
O processo de concepção do projeto passou por percalços que dificultaram sua concretização, como o empecilho em acessar o espaço interno do IEP por parte dos administradores do Centro Espírita e proprietários do terreno. Devido a isso, viu-se a necessidade de desenvolver as ideias por meio da dedução das divisões internas e ambientação da edificação histórica, visto que ainda houve uma tentativa de contato com a Diretoria Executiva de Controle Urbano do Recife (DIRCON), setor responsável pelos registros documentais das plantas baixas da edificação, porém não sobreveio retorno até a data de entrega do presente trabalho.

Os registros fotográficos do IEP foram feitos, compilados e disponibilizados por Luana Almeida, frequentadora do Centro Espírita. Através deles, a concepção projetual pôde ter uma base concreta acerca da percepção atual do imóvel, facilitando as decisões que vieram a ser tomadas.

A concepção do projeto pautou-se no partido arquitetônico, o pátio descoberto. A relação de dependência entre os ambientes com esse espaço tornou-se o ponto central do projeto pois, além da importância de haver permeabilidade visual entre os ambientes e o espaço, ele atua como um eixo de integração social e funcional por facilitar a circulação, proporcionar iluminação e ventilação naturais e se caracterizar como um espaço de respiro entre os diferentes setores da escola

O antigo acesso principal da escola, bem como o bloco pedagógico, foram mantidos em suas orientações e posições originais. Essa estratégia permitiu a definição clara do partido, além de uma compreensão mais profunda da estrutura físico-funcional da escola ao levar em consideração, também, as atividades diárias realizadas no ambiente, as quais visam atender a uma série de funções específicas e abrangentes. Na figura abaixo (Figura 36), tem-se o desenvolvimento dos espaços junto à contiguidade entre os ambientes mantendo a proximidade com o pátio e espaços de lazer.

Figura 36 - Croqui de acessos e blocos.



Fonte: Elaborado por João Victor Pereira.

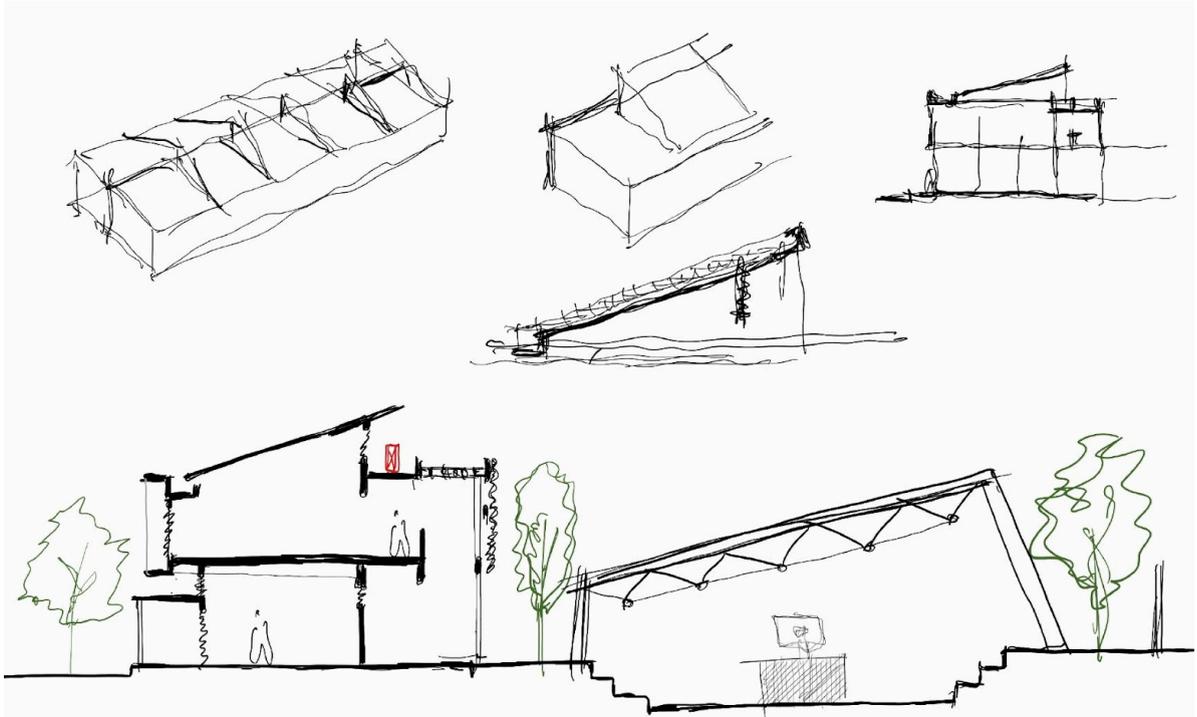
O desenvolvimento da quadra buscou atender o programa multifuncional da escola, em que o grande espaço vazio além de contemplar as atividades do equipamento atenderá a comunidade em demandas sociais e culturais. Por estar semi-enterrada, a quadra possui uma escala que respeita os limites da escola e não se apresenta como barreira à iluminação e ventilação natural do bloco pedagógico.

Já o bloco pedagógico abarca em seu térreo espaços voltados para aulas mais expositivas, tais como informática e química, também abrigando a área de serviço da escola, além de contemplar as circulações que conectam os diferentes espaços como a quadra, o pátio e o bloco sanitário.

No que tange a cobertura da edificação, ela faz referência à representação lúdica da imagem arquetípica de uma casa, com a premissa de respeitar o gabarito da edificação histórica existente. O espaço das salas de aula, o qual origina-se por essa grande cobertura, gera um shed que amplia a presença de iluminação natural no período da tarde, mesmo havendo menor incidência de luz solar. Ainda tem-se a laje técnica

apoiada em vigas invertidas, que localiza-se acima do espaço de circulação das salas de aula com o objetivo de ocultar esse elemento da fachada do edifício.

Figura 37 - Croquis esquemáticos do bloco pedagógico e quadra poliesportiva.

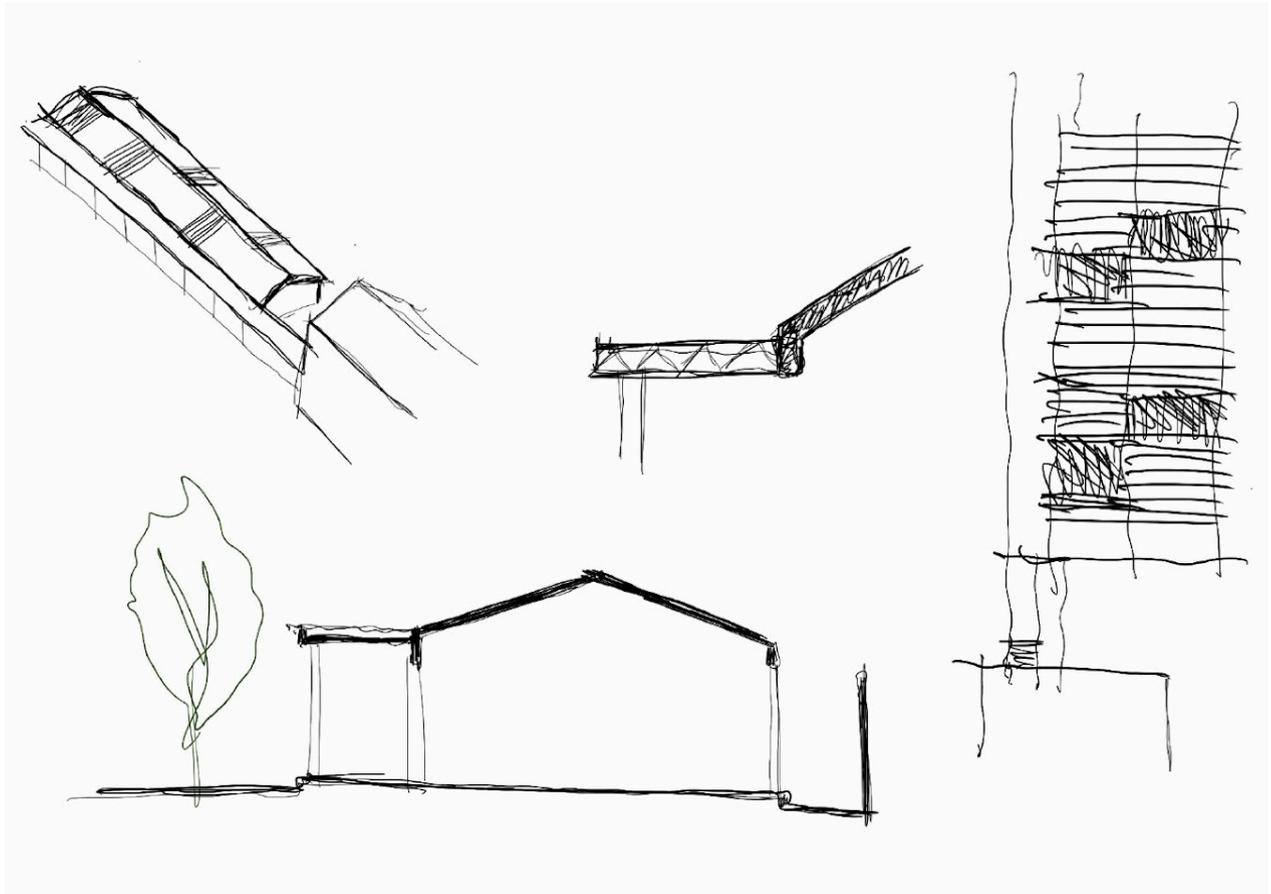


Fonte: Elaborado por João Victor Pereira.

O refeitório, ao considerar o afastamento dos limites do terreno, suscita um recuo que favorece a ventilação natural ao passo que dialoga com o pátio descoberto e se adapta de forma orgânica às condições do entorno por meio da ventilação cruzada.

A ligação física ao imóvel existente por meio da marquise buscou, além de respeitar a edificação histórica, a aplicação de um elemento arquitetônico que não suprimisse ainda mais a estética historicista do IEP, já tão descaracterizada pela presença do antigo anexo (Figura 38). Dessa forma, a abordagem adotada visa preservar a identidade arquitetônica do imóvel, valorizar suas características originais e manter a harmonia entre o novo e o antigo. Além disso, a marquise se apresenta como um elemento de transição que suaviza a junção entre os blocos de épocas e estilos arquitetônicos distintos, em conjunto à garantia de uma integração funcional entre todos os setores da escola.

Figura 38 - Croquis de esquemáticos do refeitório.



Fonte: Elaborado por João Victor Pereira.

A escolha de tijolos de vidro na cobertura destaca mais uma vez a importância da adoção de estratégias que visem o aproveitamento de elementos naturais. Assim, de maneira geral percebe-se que o espaço foi planejado para abrigar diversas atividades e possui potencial para ser utilizado como um ambiente multifuncional que atende tanto os alunos quanto a comunidade externa ao corpo escolar.

6.5. Elementos arquitetônicos

O projeto incorpora elementos que visam otimizar as estratégias de conforto térmico e acústico da edificação para que, junto a outros sistemas, originem não apenas um espaço funcional, como também agradável, visto que a relação entre o edifício e o clima regional foi cuidadosamente considerada para potencializar o desempenho dos materiais aplicados ao projeto.

Figura 39 - Elementos e materiais aplicados ao projeto.



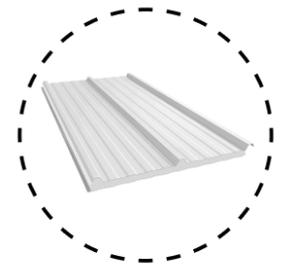
Forro Acústico de Madeira



Piso Fuget



Tijolo de Vidro



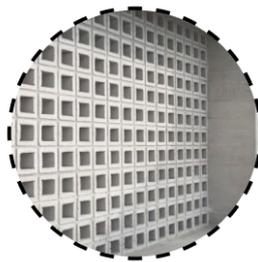
Telha Termoacústica



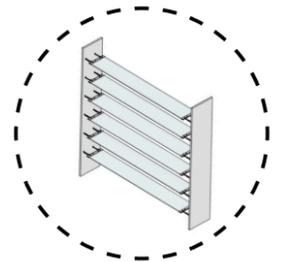
Screenpanel



Piso drenante



Cobogó



Brise Móvel

Fonte: João Victor Pereira.

Nesse contexto, dentre as soluções adotadas para promover a otimização da edificação, destacam-se o uso do forro acústico de madeira nas salas de aula, que contribui para a absorção sonora e melhora a qualidade sonora ao promover um tratamento acústico nos ambientes, e a utilização do brise móvel nas salas e do painel perfurado no lado poente do bloco pedagógico são estratégias eficientes para o controle da entrada de luz solar.

O brise móvel permite ajustar a incidência de luz e calor, proporcionando conforto térmico e visual conforme a necessidade. Já o painel perfurado atua como uma barreira que filtra a luz direta do sol, ajudando a reduzir o calor interno sem bloquear completamente a iluminação natural. Aliada a estas, está a adesão de telhas termoacústicas, produzidas em material isolante que possuem alta resistência e auxiliam nos confortos térmico e acústico.

O piso em granilite fulget, por sua vez, alia a resistência térmica ao parecer estético, mantendo, dessa forma, o ambiente agradável ao toque e ao olhar, além de ser um material popular na região e de fácil aplicação e manutenção.

No pátio e no estacionamento, o uso do piso auto drenante contribui para a permeabilidade do solo, de maneira a não permitir o empoçamento d'água e a auxiliar no controle de enchentes e no escoamento natural das águas pluviais. A partir dessa estratégia projetual, os espaços passam a valorizar mais as premissas sustentáveis, reduzindo o acúmulo de água e promovendo um ambiente mais adequado para a drenagem.

Os tijolos de vidro usados no teto do refeitório permitem a entrada de luz natural sem comprometer o conforto térmico, otimizando o aproveitamento energético e criando uma atmosfera mais iluminada e confortável. O uso de cobogós no pátio facilita a ventilação, permite a circulação do ar e provém uma permeabilidade entre os espaços, em contraste às barreiras físicas que existem em outros ambientes.

6.6. As perspectivas

Figura 40 - Perspectiva IEP e bloco educacional.



Fonte: João Victor Pereira.

Figura 41 - Perspectiva do acesso ao bloco educacional.



Fonte: João Victor Pereira.

Figura 42 - Perspectiva acesso ao bloco educacional e quadra



Fonte: João Victor Pereira.

Figura 43 - Perspectiva acesso ao bloco educacional e quadra



Fonte: João Victor Pereira.

Figura 44 - Perspectiva IEP - Acesso administrativo



Fonte: João Victor Pereira.

Figura 45 - Perspectiva conexão Imóvel de preservação e Refeitório



Fonte: João Victor Pereira.

Figura 46 - Perspectiva estacionamento junto ao IEP e Refeitório.



Fonte: João Victor Pereira.

Figura 47 - Perspectiva estacionamento.



Fonte: João Victor Pereira.

Figura 48 - Perspectiva pátio e bloco pedagógico.



Fonte: João Victor Pereira.

Figura 49 - Perspectiva pátio, bloco pedagógico e refeitório.



Fonte: João Victor Pereira.

Figura 50 - Perspectiva pátio.



Fonte: João Victor Pereira.

Figura 51 - Perspectiva circulação refeitório.



Fonte: João Victor Pereira.

Figura 52 - Perspectiva refeitório e pátio.



Fonte: João Victor Pereira.

Figura 53 - Perspectiva circulação coberta pátio.



Fonte: João Victor Pereira.

Figura 54 - Perspectiva recepção.



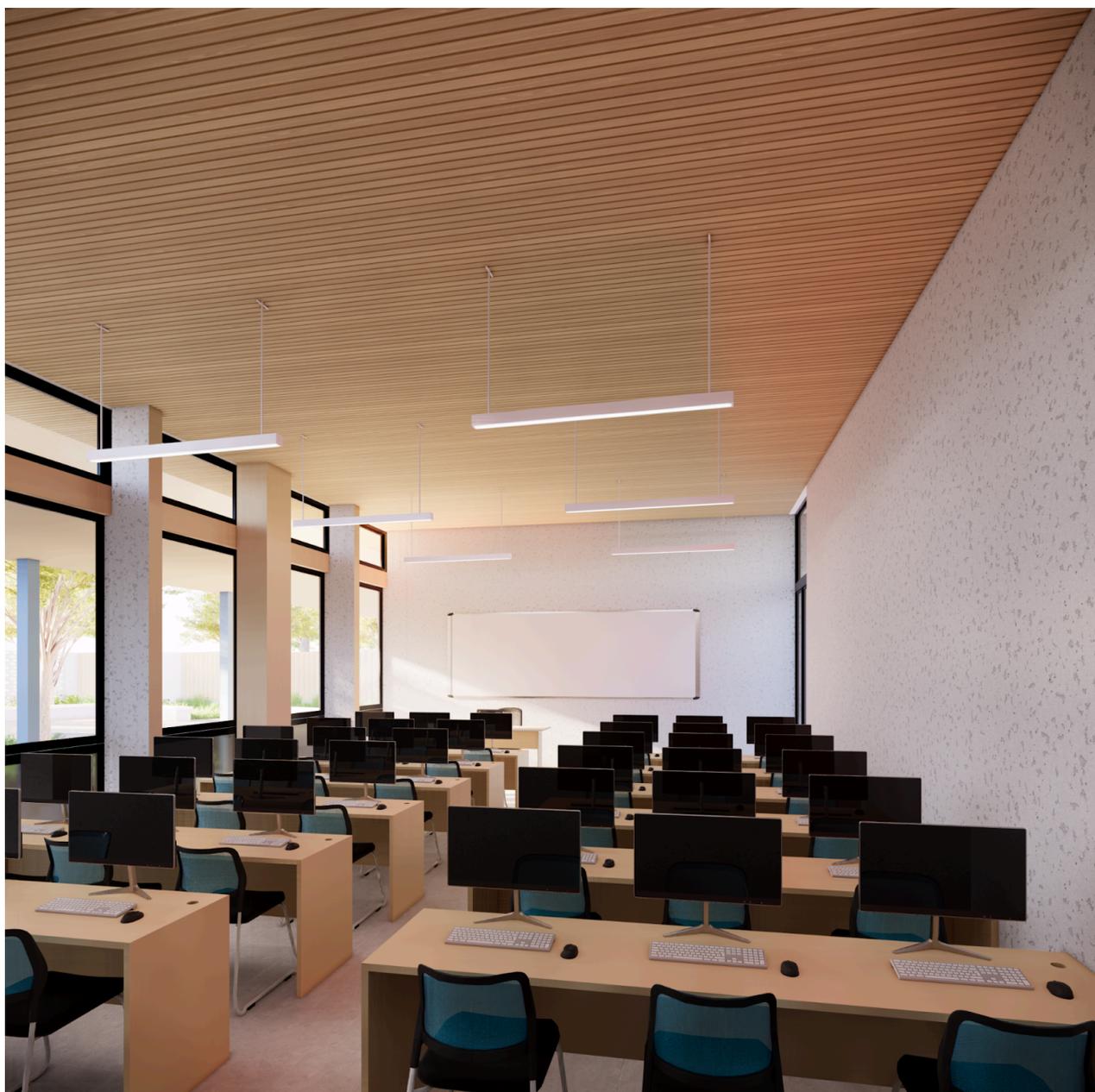
Fonte: João Victor Pereira.

Figura 55 - Perspectiva Escada e circulação dos laboratórios.



Fonte: João Victor Pereira.

Figura 56 - Perspectiva laboratório de informática.



Fonte: João Victor Pereira.

Figura 57 - Perspectiva da circulação da quadra.



Fonte: João Victor Pereira.

Figura 57 - Perspectiva da circulação das salas de aula.



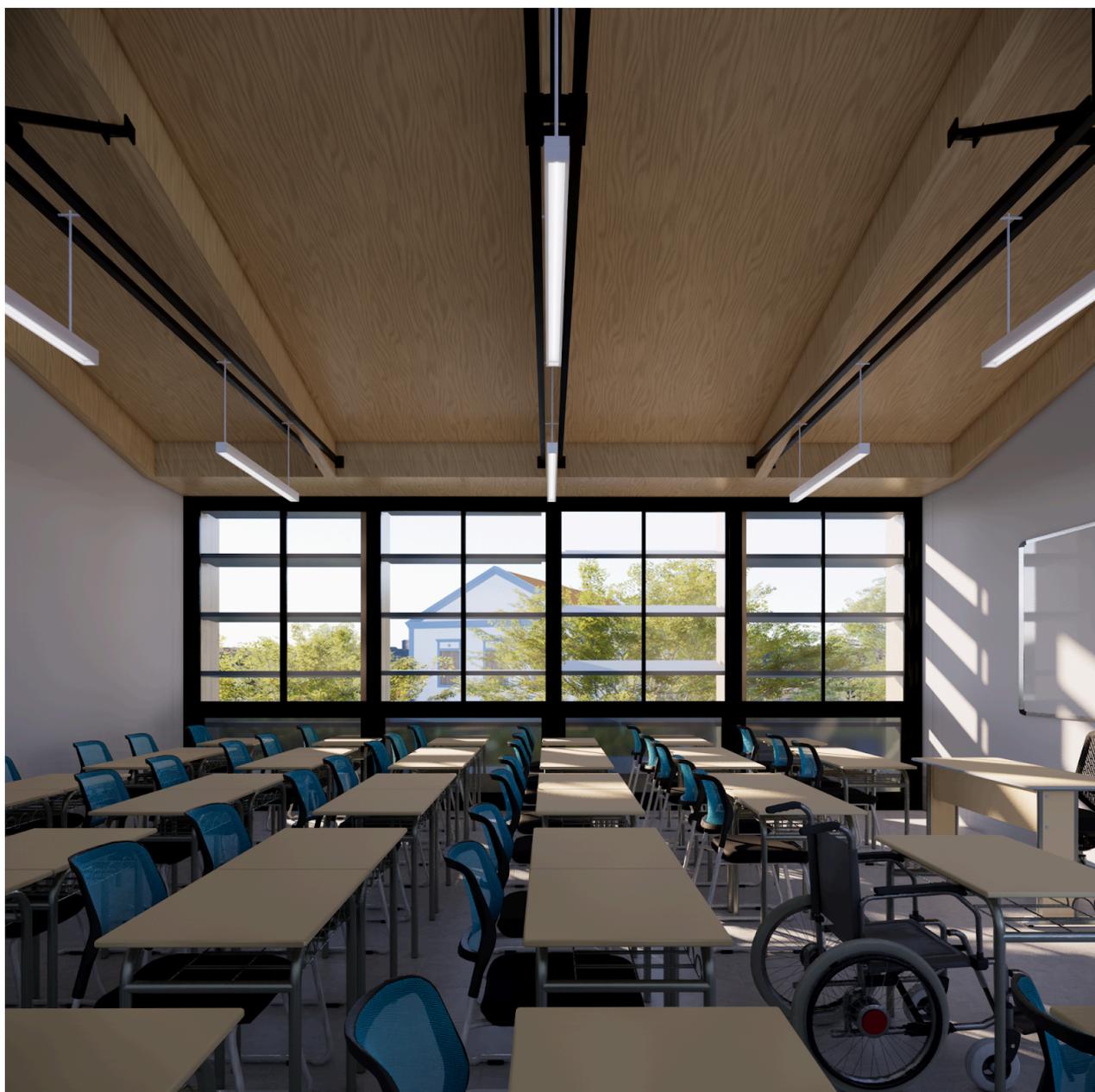
Fonte: João Victor Pereira.

Figura 58 - Perspectiva 01 da sala de aula.



Fonte: João Victor Pereira.

Figura 59 - Perspectiva 02 das salas de aula.



Fonte: João Victor Pereira.

Figura 60 - Perspectiva da Quadra.



Fonte: João Victor Pereira.

Figura 61 - Perspectiva da horta.



Fonte: João Victor Pereira.

7. Considerações finais

O presente projeto buscou demonstrar, por meio de uma proposta arquitetônica, como a combinação entre arquitetura escolar e dinâmicas com a comunidade pode originar um ambiente que favoreça o desenvolvimento integral dos estudantes à medida que estabelece uma relação de parceria com a população. A interação entre a infraestrutura da escola e as atividades comunitárias resultou em uma proposta que

prioriza um ambiente educacional adequado e que atende às necessidades contemporâneas dos alunos.

Como discutido, a etapa do ensino fundamental é decisiva na formação de um indivíduo, sendo a escola o ambiente onde os alunos passam grande parte do tempo, depois de suas casas. Nesse sentido, torna-se fundamental que o ambiente escolar ofereça os estímulos corretos e práticas convenientes de forma a permitir que aquele que o usufruir se desenvolva de maneira íntegra e equilibrada. Através de toda pesquisa feita, pôde-se concluir que o papel da escola vai além de transmitir conhecimento acadêmico; é imprescindível que ela contribua para a evolução dos alunos sem deixar de lado as esferas social, emocional e cognitiva, que destacam-se tão importantes quanto.

Desenvolver uma escola de ensino fundamental requer uma concepção arquitetônica que passou por análises essenciais junto à elaboração detalhada de plantas para garantir que as instalações projetuais fossem funcionais e que proporcionassem bem-estar a todos os usuários. Entretanto, devido à complexidade desse tipo de projeto, nem todos os desafios puderam ser plenamente resolvidos.

Além das questões relacionadas à arquitetura, a integração de dinâmicas com a comunidade também apresentou desafios. A implementação dessas iniciativas em escolas públicas exige coordenação com as necessidades e características locais, além de investimentos específicos para a formação de parcerias e a organização de atividades que envolvam os alunos e a comunidade. Esse processo requer um esforço conjunto entre a escola, a administração pública e os moradores, de modo a garantir que a escola atenda ao seu papel social de maneira efetiva.

Ainda que tenha permeado obstáculos, o trabalho desempenhou uma abordagem multidisciplinar, evidenciando os benefícios de integrar a arquitetura escolar com a participação da comunidade para promover um ambiente de ensino mais completo e eficaz.

8. Referências

ARAÚJO, Ana Lúcia. Pandemia acentua déficit educacional e exige ações do poder público. Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/pandemia-acentua-deficit-educacional-e-exige-acoes-do-poder-publico>. Acesso em: 5 dez. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho de 2018. Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens. Diário da República, 1.ª série, n.º 129, 6 jul. 2018. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/55-2018-115652962>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Regulamenta a Portaria Interministerial nº 17, de 1º de junho de 2007, sobre diretrizes para arquitetura escolar. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 jan. 2010. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 17, de 1º de junho de 2007. Estabelece diretrizes e parâmetros para o desenvolvimento e implementação de projetos de arquitetura escolar. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 4 jun. 2007. Seção 1, p. 45.

Escola Novo Mangue / O Norte – Oficina de Criação. 08 Abr 2016. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/785161/escola-novo-mangue-o-norte-nil-oficina-de-criacao>. Acesso em: 6 jun. 2024.

Escolas Brasil. Escola Municipal Professor Pedro Falcão. Escolas Brasil. Disponível em: <https://www.escolasbrasil.org/PERNAMBUCO/RECIFE/26127270>. Acesso em: 15 mai. 2024.

FIGLIOLINO, Simone Aparecida Preciozo. Centro Educacional Unificado (CEU): Concepções Sobre Uma Experiência. 2024. São Paulo, SP.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Manual de orientações técnicas FNDE: Elaboração de projetos de edificações escolares: ensino

fundamental. Brasília: FNDE, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/par/manuais-par/VolumellIProjetosEd.EscolaresEnsinoFundamental.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2024.

LINS, Fernanda Sales de Melo Pessoa. Casa Coro - De que lado você canta?. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

MARTINS, Helena. Censo aponta que escolas públicas ainda têm deficiências de infraestrutura. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-01/censo-aponta-que-escolas-publicas-ainda-tem-deficiencias-de-infraestrutura>. Acesso em: 2 dez. 2023.

MELENDO, José Manuel Almodóvar. Da janela horizontal ao brise-soleil de Le Corbusier: análise ambiental da solução proposta para o Ministério da Educação do Rio de Janeiro. Vitruvius, 05 set. 2004. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.051/554/pt>. Acesso em: 20 jul. 2024.

MORAIS, Douglas. Governo de Pernambuco lança programa "Juntos pela Educação". Portal da Educação de Pernambuco. Disponível em: <https://portal.educacao.pe.gov.br/governo-de-pernambuco-lanca-programa-juntos-pela-educacao/>. Acesso em: 2 dez. 2023.

QEDU. Escola Carlos Alberto Gonçalves de Almeida. QEDU. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/26127270-escola-carlos-alberto-goncalves-de-almeida>. Acesso em: 3 dez. 2023.

RECIFE. Lei 16.284, de 22 de Janeiro de 1997. Define os Imóveis Especiais de Preservação-IEP- situados no município do Recife. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/decreto/2019/3268/32678/decreto-n-32678-2019-classifica-o-iep-imovel-especial-de-preservacao-imovel-localizado-na-rua-carlos-gomes-n-640-prado>. Acesso em: 5 mar. 2024.

RECIFE. Lei 16.292, de 29 de Janeiro de 1997. Regula as atividades de edificações e instalações no município do Recife. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1997/1630/16292/lei-ordinaria-n-16292-1997-regula-as-atividades-de-edificacoes-e-instalacoes-no-municipio-do-recife-e-das-outras-providencias>. Acesso em: 16 mai. 2024.

RECIFE. Lei Complementar nº 02/ 2021, de 24 de abril de 2021. Republicação com alteração da Lei no 18.770/ 2020 – Plano Diretor do Recife. Recife: Câmara Municipal. Rede Universitária Latino Americana de Cátedras de Moradia (RED ULACAV). Disponível em: www.redulacav.org. Acesso em: 5 jun. 2024.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, Luciana Helena da; BITOUN, Jan. A verticalização do espaço urbano: o caso do bairro do Prado Recife/PE. 2008. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SOUZA, Larissa Negris de; KOWALTOWSKI, Doris C. C. K. Parâmetros de projeto escolar e avaliação arquitetônica de escola pública. In: Encontro nacional de Conforto no Ambiente Construído, 15., 2019. Anais [...]. [S. l.], 2019. p. 3094–3103. Disponível em: <https://eventos.antac.org.br/index.php/encac/article/view/4390>. Acesso em: 5 jun. 2024.

VILLAÇA, Flávio. Espaço Intraurbano no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

9. Caderno de desenhos



1 PLANTA DE SITUAÇÃO
ESCALA 1/3000

OBSERVAÇÕES

- NOTAS:
1. DIMENSÕES EM METROS, EXCETO ONDE FOR ESPECIFICADO;
 2. O PROJETO FOI ELABORADO CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES

QUADROS DE ÁREAS GERAIS			
DESCRIÇÃO	ÁREA	DESCRIÇÃO	ÁREA
ÁREA DO TERRENO	3685,20m ²	ÁREA DO 1º PAVIMENTO	1791,26m ²
TAXA DE OCUPAÇÃO	48%	ÁREA DO 2º PAVIMENTO	621,16m ²
TAXA DE SOLO NATURAL	27,59%	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	2412,43m ²
ÁREA COBERTA	1791,26m ²	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	0,60

1 PLANTA DE LOCAÇÃO E COBERTA
ESCALA 1/150



1 PLANTA DE SITUAÇÃO
ESCALA 1/3000

OBSERVAÇÕES

NOTAS:
 1. DIMENSÕES EM METROS, EXCETO ONDE FOR ESPECIFICADO;
 2. O PROJETO FOI ELABORADO CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES

QUADROS DE ÁREAS GERAIS

DESCRIÇÃO	ÁREA	DESCRIÇÃO	ÁREA
ÁREA DO TERRENO	3685,20m ²	ÁREA DO 1º PAVIMENTO	1791,26m ²
TAXA DE OCUPAÇÃO	48%	ÁREA DO 2º PAVIMENTO	621,16m ²
TAXA DE SOLO NATURAL	27,59%	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	2412,43m ²
ÁREA COBERTA	1791,26m ²	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	0,60

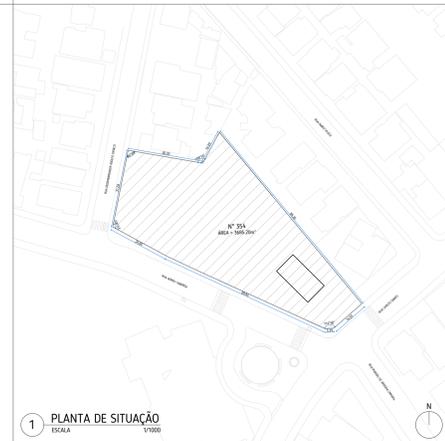
1 PLANTA DE LOCAÇÃO E COBERTA
ESCALA 1/150

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
ARQUITETURA E URBANISMO

DISCIPLINA: TRABALHO DE CURSO II
 ORIENTADOR: FÁBIANO ROCHA DINIZ
 ESTUDANTE: JOÃO VICTOR DA SILVA PEREIRA

INFORMAÇÕES:
 PROJETO ARQUITETÔNICO PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL, SITUADA NO LOTE 334, ESQUINA ENTRE A RUA GOMES TABORDA E RUA CARLOS GOMES NO BARRIO DA MADALENA, EM RECIFE - PE.

CONTEÚDO: PLANTA DE SITUAÇÃO, PLANTA DE LOCAÇÃO E COBERTA
 DATA: 20/09/2024
 ESCALA: 1/150
 REVISÃO: 00
 PRANCHA: 1/6



1 PLANTA DE SITUAÇÃO
ESCALA 1/3000

OBSERVAÇÕES

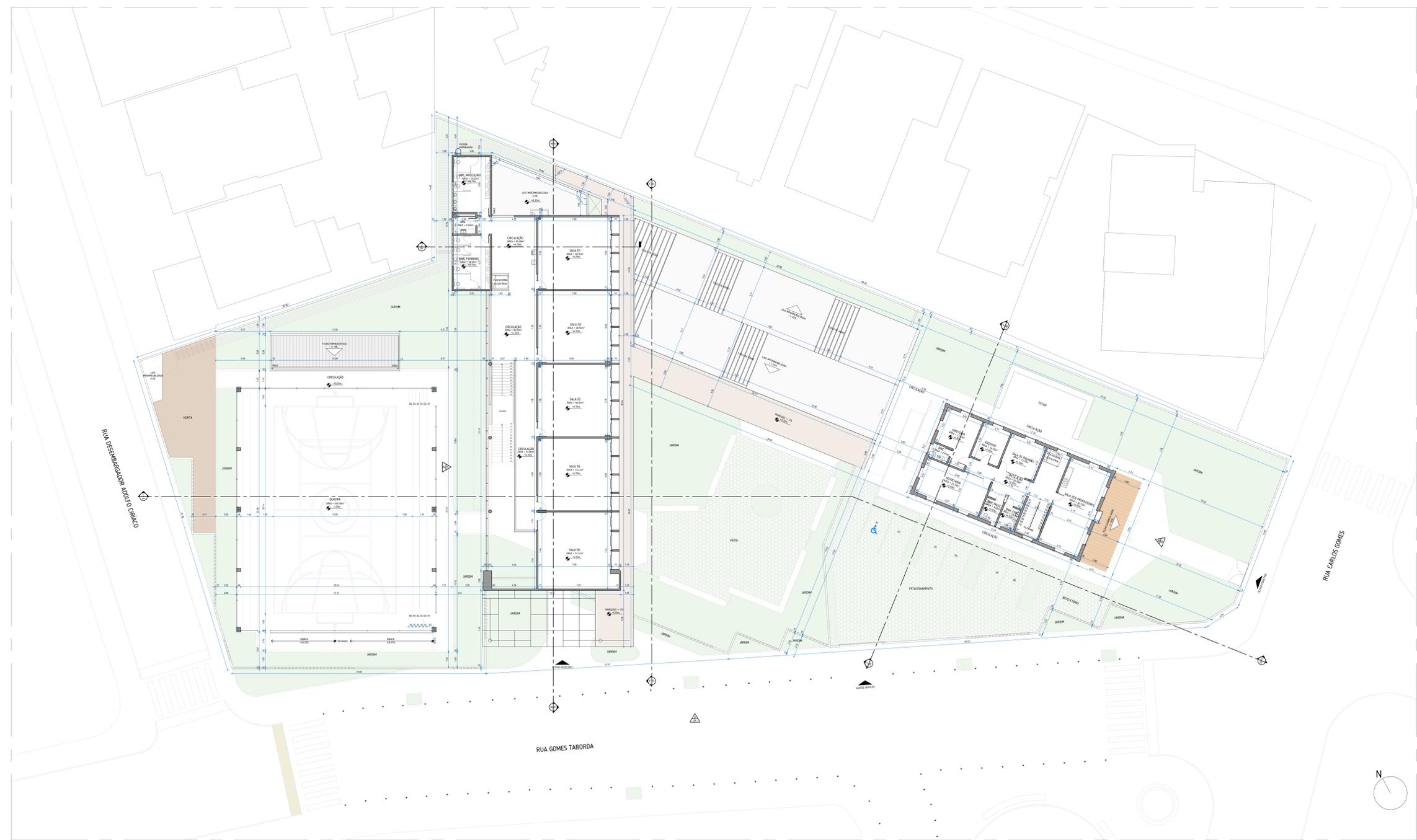
NOTAS:
1. DIMENSÕES EM METROS, EXCETO ONDE FOR ESPECIFICADO;
2. O PROJETO FOI ELABORADO CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES

QUADROS DE ÁREAS GERAIS

DESCRIÇÃO	ÁREA	DESCRIÇÃO	ÁREA
ÁREA DO TERRENO	3685,20m²	ÁREA DO 1º PAVIMENTO	1791,26m²
TAXA DE OCUPAÇÃO	48%	ÁREA DO 2º PAVIMENTO	621,16m²
TAXA DE SOLO NATURAL	27,59%	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	2412,43m²
ÁREA COBERTA	1791,26m²	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	0,65

QUADROS DE ÁREAS INTERNAS

NOME	SETOR	ÁREA
RECEPÇÃO ALUNOS	PEDAGÓGICO	41,11m²
APOIO PEDAGÓGICO	PEDAGÓGICO	20,55m²
LABORATÓRIO	PEDAGÓGICO	52,73m²
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	PEDAGÓGICO	52,73m²
WC 01 ALUNOS MASCULINO E FEMININO	PEDAGÓGICO	38,09m²
DM. 01	PEDAGÓGICO	3,50m²
COZINHA	SERVIÇO	29,89m²
DM. COZINHA	SERVIÇO	3,70m²
WC FEMININO FUNCIONÁRIOS	SERVIÇO	7,45m²
WC MASCULINO FUNCIONÁRIOS	SERVIÇO	4,85m²
DESPENSA	SERVIÇO	5,15m²
GÁS	SERVIÇO	2,10m²
QUADRA	PEDAGÓGICO	487,37m²
VESTIÁRIOS	PEDAGÓGICO	2,10m²
HORTA	PEDAGÓGICO	85,19m²
PÁTIO DESCOBERTO	RECREAÇÃO	410,15
REFEITÓRIO	RECREAÇÃO	298,50m²
ESTACIONAMENTO	ADMINISTRATIVO	225,59m²
BICICLETÁRIO	ADMINISTRATIVO	28,99m²
RECEPÇÃO E ESPERA	ADMINISTRATIVO	57,73m²
BIBLIOTECA	ADMINISTRATIVO	80,07m²
WC FEMININO	ADMINISTRATIVO	3,60m²
WC MASCULINO	ADMINISTRATIVO	3,60m²
SALAS DE AILA 01	PEDAGÓGICO	48,95m²
SALAS DE AILA 02	PEDAGÓGICO	48,95m²
SALAS DE AILA 03	PEDAGÓGICO	48,95m²
SALAS DE AILA 04	PEDAGÓGICO	48,95m²
SALAS DE AILA 05	PEDAGÓGICO	53,47m²
WC 02 ALUNOS MASCULINO E FEMININO	PEDAGÓGICO	38,09m²
DM. 02	PEDAGÓGICO	3,50m²
SECRETARIA	ADMINISTRATIVO	23,20m²
DIRETORIA	ADMINISTRATIVO	3,50m²
BWC DIRETORIA	ADMINISTRATIVO	2,61m²
ARQUIVO	ADMINISTRATIVO	14,39m²
SALA DOS PROFESSORES	ADMINISTRATIVO	36,13m²
SALA DE REUNIÃO	ADMINISTRATIVO	12,78m²



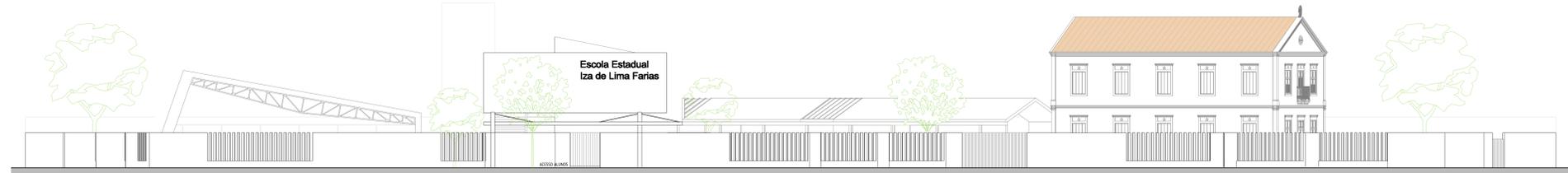
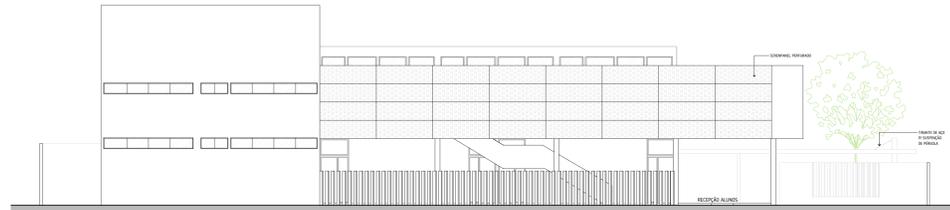
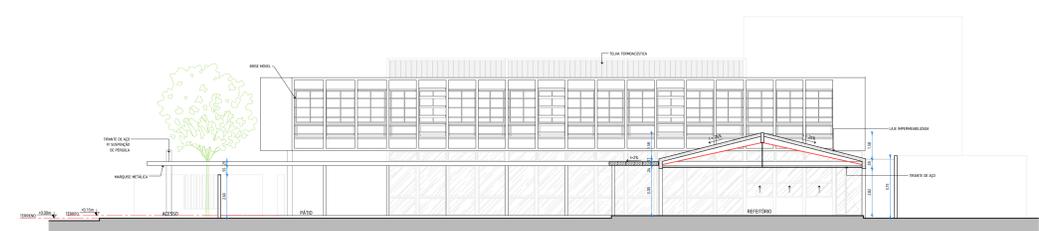
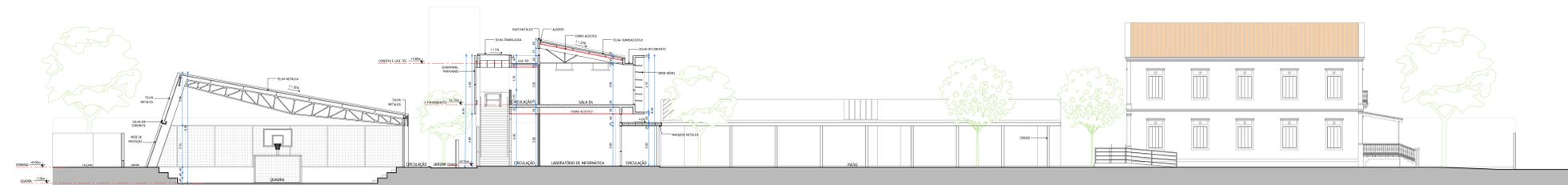
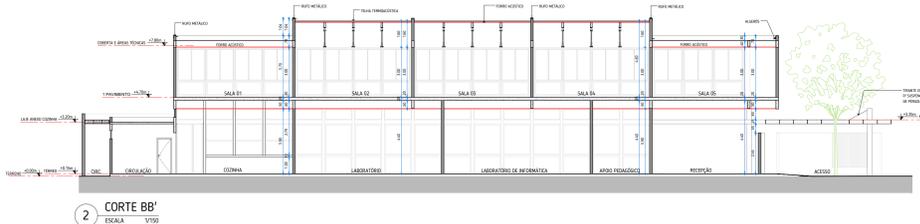
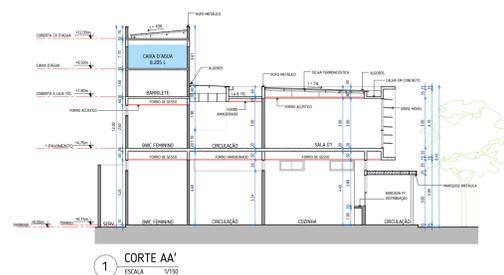
3 PLANTA BAIXA - 1º PAVIMENTO
ESCALA 1/750

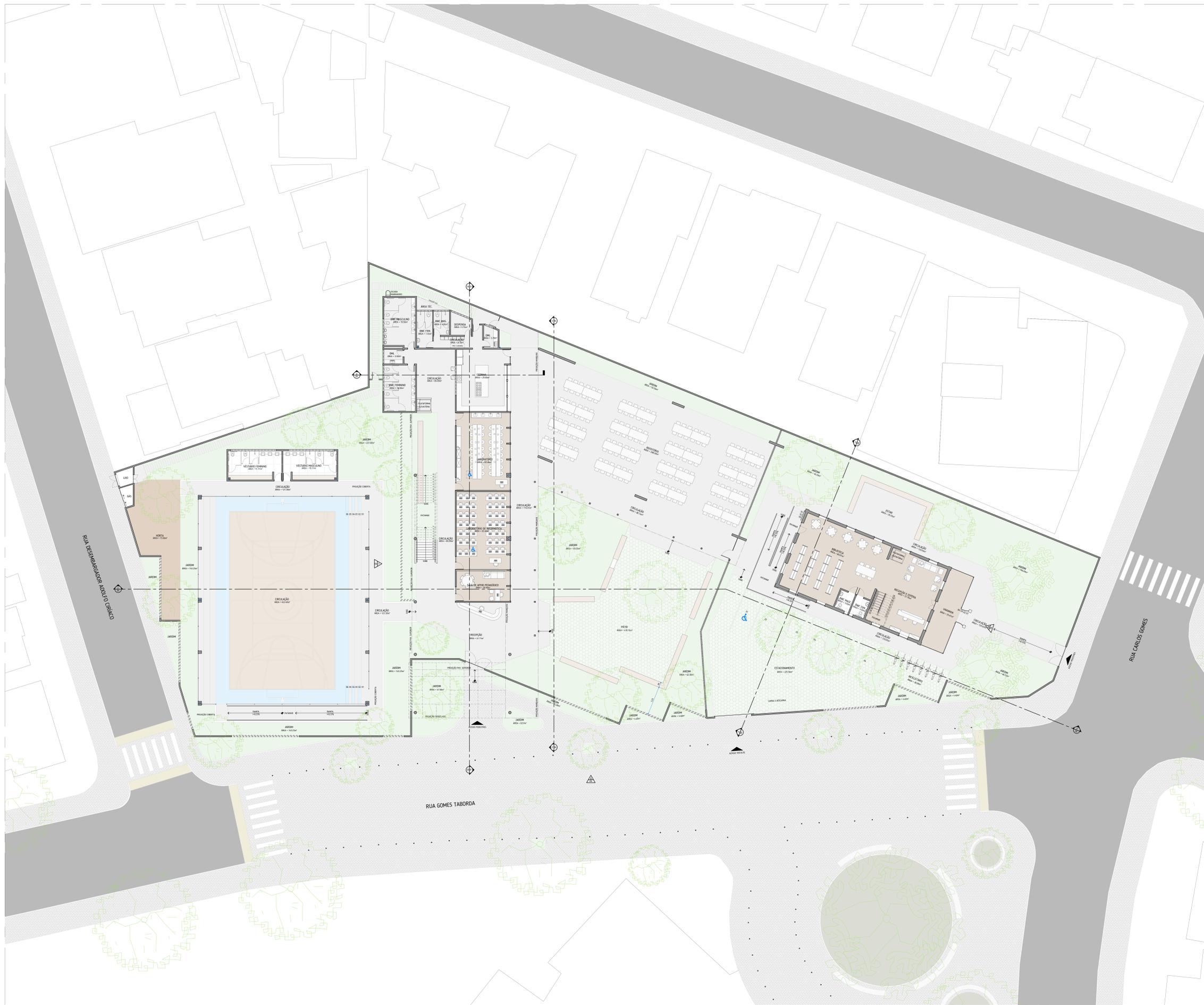
OBSERVAÇÕES

- NOTAS:
 1. DIMENSÕES EM METROS, EXCETO ONDE FOR ESPECIFICADO;
 2. O PROJETO FOI ELABORADO CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES

QUADROS DE ÁREAS GERAIS

DESCRIÇÃO	ÁREA	DESCRIÇÃO	ÁREA
ÁREA DO TERRENO	3685,20m²	ÁREA DO 1º PAVIMENTO	1791,26m²
TAXA DE OCUPAÇÃO	48%	ÁREA DO 2º PAVIMENTO	621,16m²
TAXA DE SOLO NATURAL	27,59%	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	2412,43m²
ÁREA COBERTA	1791,26m²	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	0,66





OBSERVAÇÕES

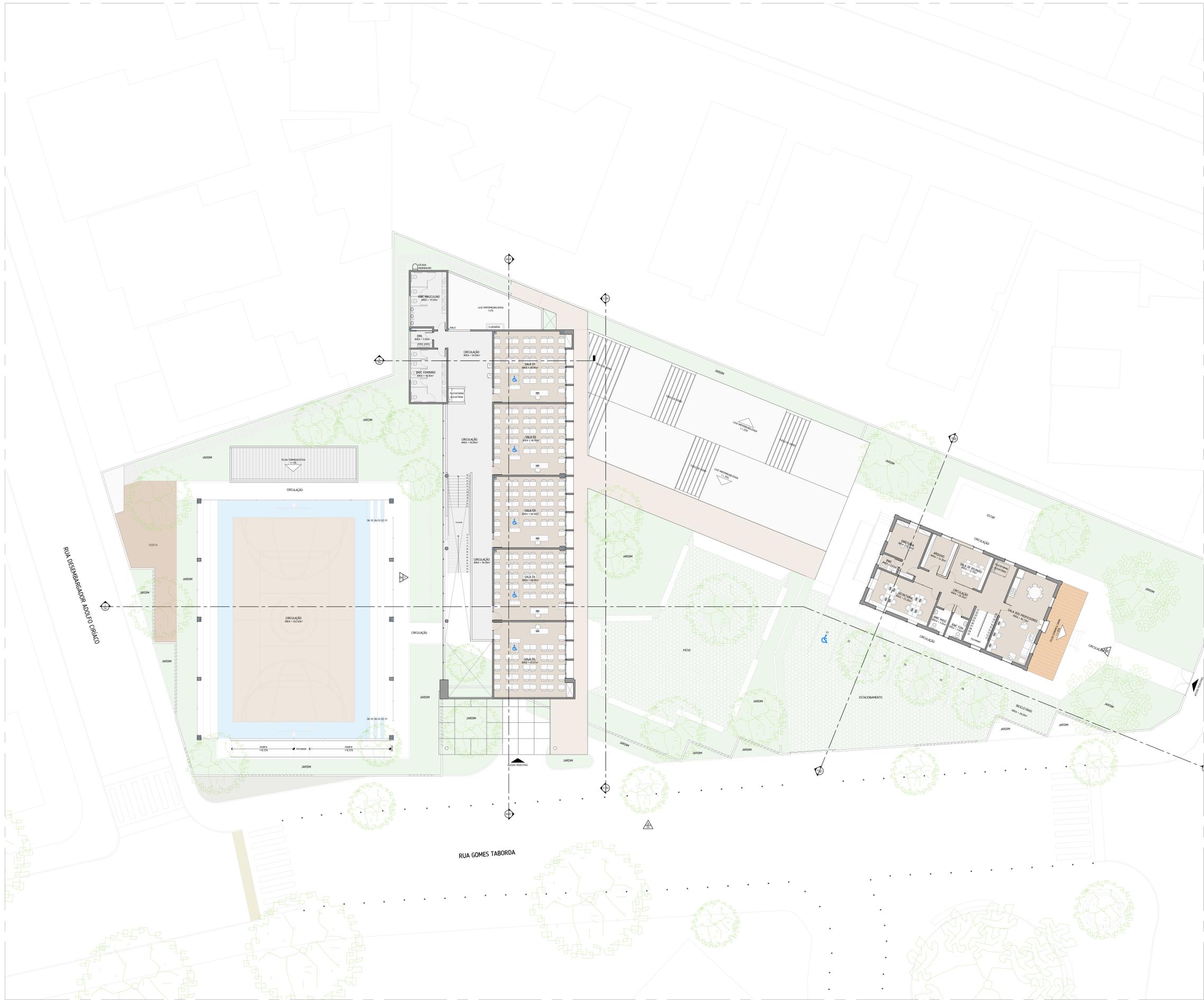
- NOTAS:
 1. DIMENSÕES EM METROS, EXCETO ONDE FOR ESPECIFICADO;
 2. O PROJETO FOI ELABORADO CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES

QUADROS DE ÁREAS GERAIS

DESCRIÇÃO	ÁREA	DESCRIÇÃO	ÁREA
ÁREA DO TERRENO	3685,20m²	ÁREA DO 1º PAVIMENTO	1781,26m²
TAXA DE OCUPAÇÃO	48%	ÁREA DO 2º PAVIMENTO	621,16m²
TAXA DE BOLO NATURAL	27,59%	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	2412,43m²
ÁREA COBERTA	1791,26m²	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	0,66

1 PLANTA BAIXA TÉRREO - LAYOUT
 ESCALA 1:1000





OBSERVAÇÕES

- NOTAS:
 1. DIMENSÕES EM METROS, EXCETO ONDE FOR ESPECIFICADO;
 2. O PROJETO FOI ELABORADO CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES

QUADROS DE ÁREAS GERAIS			
DESCRIÇÃO	ÁREA	DESCRIÇÃO	ÁREA
ÁREA DO TERRENO	3685,20m²	ÁREA DO 1º PAVIMENTO	1791,26m²
TAXA DE OCUPAÇÃO	48%	ÁREA DO 2º PAVIMENTO	621,16m²
TAXA DE BOLO NATURAL	27,59%	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	2412,43m²
ÁREA COBERTA	1791,26m²	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	0,66